

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
INSTITUTO DE LETRAS E ARTES
MESTRADO EM LETRAS**

TIAGO GOULART COLLARES

**BANDIDO OU HERÓI? A REPRESENTAÇÃO DO
CONTRABANDISTA NA LITERATURA SUL-RIO-GRANDENSE**

Rio Grande – RS

2016

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
INSTITUTO DE LETRAS E ARTES
MESTRADO EM LETRAS**

**BANDIDO OU HERÓI? A REPRESENTAÇÃO DO
CONTRABANDISTA NA LITERATURA SUL-RIO-GRANDENSE**

TIAGO GOULART COLLARES

Dissertação de Mestrado apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras, área de concentração em História da Literatura, sob orientação do Professor Dr. Mauro Nicola Póvoas, para obtenção do título de Mestre em Letras.

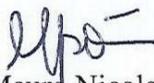
Rio Grande – RS

2016

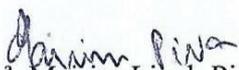
TIAGO GOULART COLLARES

"Bandido ou herói? A representação do contrabandista na literatura sul-rio-grandense"

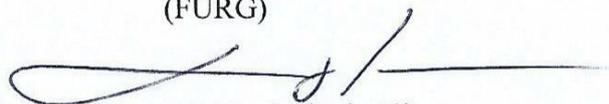
Dissertação aprovada como requisito parcial e último para a obtenção do grau de Mestre em Letras, na área de História da Literatura, do Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal do Rio Grande. A Comissão de Avaliação esteve constituída pelos seguintes professores:



Prof. Dr. Mauro Nicola Póvoas
(FURG) – Orientador



Prof^ª. Dr^ª. Mairim Linck Piva
(FURG)



Prof. Dr. Juremir Machado da Silva
(PUCRS)

Para o amor da minha vida, Marília Cardoso Lopes. Minha companheira, amiga
e grande incentivadora.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, inicialmente, a Deus pela oportunidade e pelos desafios. À minha mãe Carmen por todo esforço empenhado para que eu pudesse chegar até aqui.

Às cativantes aulas da professora Raquel Mattos Luvielmo, fundamentais para que eu optasse pelo caminho das letras.

Aos meus sogros, Almir e Marili, pela acolhida. À Vitória e ao Caio, por renovarem as minhas energias com abraços, beijos e sorrisos. À Marília, por estar sempre ao meu lado e compartilhar comigo cada linha. O mesmo vale para cada um dos meus animais, que são sempre as melhores companhias.

Ao meu orientador, Mauro Nicola Póvoas: grande profissional, pessoa humana e amigo. Obrigado pelo carinho, pelo incentivo e pelo companheirismo. Foi uma dádiva termos nos reencontrado!

Aos demais professores e professoras, que participaram direta ou indiretamente desta caminhada: Mairim Piva, Michelle Vasconcelos, Luiz Henrique Torres, Daniel Baz dos Santos, Artur Vaz, Luciana Coronel e José Fornos. Gratidão pelo conhecimento compartilhado!

Aos docentes do Núcleo de Análises Urbanas (NAU-FURG), em especial, às professoras Susana Veleda da Silva, Leda Buonfiglio e ao professor Cesar Martins. Obrigado pelo carinho e pelo espaço!

A todos meus colegas de mestrado, em especial, os colegas Henrique e Volmar. Pessoas extraordinárias e de grande potencial. Ao Glauber, ao Diego e à Mariele, meus irmãos.

Aos irmãos e irmãs colombianos que fizeram pulsar ainda mais forte o meu sangue latino-americano, Mauricio Castillo, Farides Lugo, Elizabeth

Suarique Gutiérrez e Diana Peña. Ao amigo Michel, por compartilhar um pouco da cultura e do afeto do povo cubano.

Aos governos Lula e Dilma, pelo incentivo à pesquisa, através da CAPES.

Aos servidores e servidoras do ILA e do Programa de Pós-Graduação em Letras – História da Literatura. Um agradecimento especial para a Adriana pela seriedade e competência com que desempenha as suas funções na secretaria.

À Pri Leite, por ter me apresentado ao Yoga e auxiliado no meu equilíbrio físico e mental. Conhecimentos adquiridos no período de escrita deste trabalho e que seguirei cultivando para o resto da minha vida. Namastê!

As fronteiras em parte se diluem quando entrecruzamos história e literatura.

Sandra Jatahy Pesavento

RESUMO

No Rio Grande do Sul, o contrabando se tornou uma prática recorrente nos limites com o Uruguai e a Argentina, especialmente, nas fronteiras oeste e norte do estado. Neste território favorável para o leva e traz de mercadorias, surgiu um tipo humano híbrido também ilustrado no texto literário. O contrabandista aparece com frequência na literatura sul-rio-grandense e suas características ora se aproximam, ora se afastam do mito do gaúcho. Herói? Bandido? Ou ambos? Como é representada a figura do contrabandista no conto sul-rio-grandense? Esta dissertação tem como objetivo refletir sobre essas questões, através da análise do seguinte *corpus*: “Contrabandista”, de João Simões Lopes Neto (1865-1916); “Contrabandista”, de Roque Callage (1886-1931); “Contrabando”, de Darcy Azambuja (1903-1970); “Travessia”, de Sergio Faraco (1940-) e “O Nossa Senhora Aparecida”, de Aldyr Garcia Schlee (1934-). Busca, ainda, discutir a importância do contrabando na formação histórica e cultural do Rio Grande do Sul. Para isso, utilizaremos os postulados sobre o contrabando elaborados por Guilhermino Cesar e de demais pesquisadores e pesquisadoras que se debruçaram sobre esta e outras temáticas adjacentes, como os estudos sobre a fronteira. Como suporte para a compreensão dos textos, recorreremos, ainda, aos conceitos de comarca, de Ángel Rama, e banditismo social, elaborado por Eric Hobsbawm.

Palavras-chave: contrabando; fronteira; contrabandista; conto sul-rio-grandense

ABSTRACT

In Rio Grande do Sul, contraband became a recurring practice on the borders with Uruguay and Argentina, especially on the western and northern borders of the state. In this favorable territory for the takes and brings of goods, a hybrid human type also emerged in the literary text. The smuggler often appears in south rio-grandense literature and his characteristics sometimes approaches, sometimes withdraws from the Gaucho myth. Hero? Bandit? Or both? How is the smuggler figure represented in south rio-grandense short story? This dissertation aims to reflect upon these issues through the analysis of the following *corpus*: “Contrabandista”, by João Simões Lopes Neto (1865- 1916); “Contrabandista”, by Roque Callage (1886-1931); “Contrabando”, by Darcy Azambuja (1903-1970); “Travessia” by Sergio Faraco (1940-) and “O Nossa Senhora Aparecida”, by Aldyr Garcia Schlee (1934-). It also aims to discuss the importance of contraband in the historical and cultural formation of Rio Grande do Sul. To this end, we will use the postulates on contraband elaborated by Guilhermino Cesar and other researchers who have investigated this and other adjacent topics, such as border studies. As a support for the understanding of the texts, we will also resort to the concepts of district, by Angel Rama and social banditry by Eric Hobsbawm.

Keywords: contraband; border; smuggler; south rio-grandense; short story

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	11
1 HISTÓRIA E LITERATURA PARA ALÉM DAS FRONTEIRAS	17
2 “OS DE ONTEM”	37
2.1 “Contrabandista”, de João Simões Lopes Neto	37
2.2 “Contrabandista”, de Roque Callage	46
2.3 “Contrabando”, de Darcy Azambuja	54
3 “OS DE HOJE”	63
3.1 “Travessia”, de Sergio Faraco	63
3.2 “O Nossa Senhora Aparecida”, de Aldyr Garcia Schlee	74
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	82
REFERÊNCIAS	88

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Queria falar apenas de ficção, mas a conjuntura nacional me impulsiona para a realidade. Concebo, assim como Paulo Freire, a educação como um ato político e considero um dever denunciar o golpe que está em curso no nosso país. Faço parte dos 54,5 milhões de brasileiros e brasileiras que elegeram Dilma Vana Rousseff presidenta da República Federativa do Brasil. Nas urnas, pelo sufrágio universal e democrático.

Em pouco mais de seis anos de convivência acadêmica pude acompanhar a expansão da universidade, a criação de novos cursos, a democratização da oferta de bolsas de estudo e de programas e incentivos federais, benefícios que permitiram a concretização desse momento. Fazer a curva na história não foi tarefa fácil, ainda mais para um filho de trabalhadores assalariados que não tiveram as mesmas oportunidades que estou tendo. Por isso, agradeço aos governos Lula e Dilma por ser a primeira pessoa da minha família a cursar uma pós-graduação.

Reconheço todo o esforço e incentivo dos meus pais, mas se cheguei até aqui foi porque desfrutei de governos acolhedores, que me deram condições de seguir em frente através de ações afirmativas como auxílio alimentação, transporte e bolsa permanência. Lamentavelmente, os tempos são outros, por isso a importância deste registro.

Neste período dedicado à pesquisa sobre história e literatura, realidade e ficção se confundiram insistentemente. A goleada da Alemanha na Copa do Mundo do Brasil, digna de um conto de futebol de Schlee, de uma crônica de Nelson Rodrigues ou de um devaneio de Eduardo Galeano, mostrou-me que nada mais era impossível. Do dia para a noite, personagens de carne e osso, não de papel e tinta, construíram uma trama de dar inveja a qualquer escritor ou escritora da literatura brasileira: um golpe sem armas, sem fardas e sem tanques, transmitido ao vivo, em rede nacional.

Debruçado em livros, desculpem-me o desabafo, acompanhei deputados e senadores condenados - ou que respondem a processos na justiça - aprovarem o afastamento e, em seguida, o *impeachment* da primeira mulher eleita presidenta do Brasil. Um FACTOIDE, assim mesmo, com letras

maiúsculas, criado por uma oposição raivosa, chancelado pelo judiciário e impulsionado pelos barões da mídia.

Não estive nas ruas tanto quanto gostaria, mas espero que este trabalho possa se tornar mais um veículo de resistência ao golpe e em defesa da democracia. Que possa contribuir para a pesquisa científica, mas também como registro histórico de um momento nefasto da história brasileira. Acima de tudo, que seja “fermento na massa”, como diria Frei Betto, e que muitos outros jovens continuem quebrando paradigmas. Parafraseando a minha companheira Marília Lopes, nenhuma vitória é permanente. Por isso, a luta continua!

Devo ao professor e, acima de tudo, amigo, Mauro Nicola Póvoas, o ingresso na Pós-Graduação em Letras-História da Literatura. Seu incentivo e acolhimento foram fundamentais para que retornasse à Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e construísse, na respectiva instituição de ensino, uma nova trajetória acadêmica. Formei-me em Letras-Português no ano de 2009 e, desde então, havia interrompido os estudos relativos à área para dedicar-me exclusivamente ao jornalismo. Cursava Comunicação Social na Universidade Católica de Pelotas (UCPEL), quando o destino fez a sua parte. Colocou a pessoa certa no meu caminho e impulsionou-me a voltar a fazer aquilo que eu mais gostava: dedicar-me ao estudo das artes, da cultura e da literatura.

As aulas ministradas pela Profa. Néa Setúbal na graduação, além de um curso de extensão de literatura sul-rio-grandense contemporânea, realizado no mesmo período, auxiliaram-me na escolha da linha de pesquisa. Das três oferecidas pelo PPGLetras, optei pela realização de uma investigação na área da Literatura Sul-Rio-Grandense. Pesquisar a história e a literatura do Rio Grande do Sul foi, antes de tudo, um convite à nostalgia. Uma oportunidade para reviver as histórias contadas pela minha avó na beira do fogão à lenha e para refletir sobre os mitos arraigados na sociedade e cultura rio-grandenses. Para isso, contei com a experiência e o conhecimento do Prof. Mauro Póvoas.

Sua orientação proporcionou-me o contato com novos autores, pressupostos teóricos e o incentivo à produção acadêmica em eventos literários como o XXXIX Seminário Brasileiro de Crítica Literária, na PUCRS, em Porto Alegre, o XXVII Encontro de Pós-Graduação e o III Seminário Internacional para Pensar a Pesquisa Histórica: História e Literatura, na FURG, o III Encontro Sul Letras, na Unicentro, em Guarapuava/PR, o IV Seminário

Internacional de Estudos Literários, na URI, em Frederico Westphalen, e o I Seminário de Produção Cultural e Literária, na Unipampa, em Jaguarão.

Motivou-me a participar da organização da primeira edição da Festa Literária do Rio Grande (FLIRG), que reuniu nomes expressivos da literatura e da crítica sul-rio-grandense, como os escritores Luiz Antonio de Assis Brasil e Alcy Cheiuche e a Profa. Dra. Maria Eunice Moreira, e do Prêmio Apolinário Porto Alegre de Literatura, uma homenagem ao romancista, dramaturgo, ensaísta e pesquisador rio-grandino. Atividades indispensáveis para o meu amadurecimento acadêmico e que me auxiliaram na definição do tema desta pesquisa, o contrabando.

Embora existam outras investigações sobre essa temática na área das Ciências Humanas, como as capitaneadas por Adriana Dorfman, no campo dos estudos geográficos, e por Cesar Guazzelli, nos históricos, ambos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), constatamos que ainda havia lacunas a serem preenchidas no âmbito dos estudos literários, em especial, sobre a representação do contrabandista na literatura sul-rio-grandense. No banco de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), por exemplo, não há nenhuma dissertação ou tese sobre o respectivo assunto.

Para compreender a gênese e a evolução do contrabando no Rio Grande do Sul, recorreremos à obra *O contrabando no sul do Brasil*, elaborada pelo historiador e crítico literário Guilhermino Cesar. Publicado, originalmente, nas páginas do *Correio do Povo*, o livro apresenta um panorama bastante abrangente sobre a prática clandestina e destaca questões ocultadas ou pouco discutidas na historiografia sul-rio-grandense, como o papel do contrabando na emancipação das colônias sul-americanas e a sua relevância na sustentação de conflitos históricos, como a Guerra dos Farrapos.

Investigamos, ainda, a formação do território sul-rio-grandense, destacando as implicações históricas, geográficas e culturais sobre a fronteira. O conceito de comarca, elaborado pelo intelectual uruguaio Ángel Rama, permitiu-nos uma melhor compreensão sobre as similaridades culturais entre *gauchos* e *gaúchos*, entre uruguaios, argentinos e brasileiros.

Sendo assim, a pergunta inicial que me instigou foi: como o tema do contrabando é abordado na ficção sul-rio-grandense? Quais as motivações

destacadas nos contos para as personagens contrabandistas cruzarem a fronteira? Que tipos de contrabando são registrados nas narrativas selecionadas?

Além de contribuir para a ampliação da pesquisa acadêmica sobre o contrabando no âmbito dos estudos literários, o objetivo geral deste trabalho é identificar como é representada a figura do contrabandista no conto sul-rio-grandense produzido ao longo do século XX. Dentre os objetivos específicos, pretendemos descrever a presença do contrabando e do contrabandista no conto sul-rio-grandense, destacar os tipos de mercadorias contrabandeadas e investigar as razões para a prática do contrabando, bem como suas implicações sociais.

Para isso, partimos da hipótese de que embora seja considerado crime, no espaço fronteiriço, o contrabando ainda é aceito socialmente. Embora a presença do contrabandista seja marcante na literatura sul-rio-grandense, delimitamos este estudo a apenas um gênero literário, o conto, a partir de um *corpus* detalhado a seguir.

“Contrabandista”, de João Simões Lopes Neto, relata a trajetória de Jango Jorge, experiente contrabandista assassinado pela guarda ao cruzar a fronteira em busca de um enxoval para o casamento da filha. Narrado em 1ª pessoa pelo vaqueano Blau Nunes, o conto é considerado o melhor documento para a interpretação do contrabando na ficção sul-rio-grandense, devido ao seu caráter histórico, pelo crítico literário Augusto Meyer. O texto faz parte da antologia *Os cem melhores contos brasileiros do século*, organizada pelo pesquisador Italo Moriconi.

“Contrabandista”, de Roque Callage, narra, em 3ª pessoa, as transformações sociais ocorridas no campo e a influência do meio na composição da personagem contrabandista Amancio Silva. Embora conciso, resumindo-se a apenas três páginas, o texto divide-se em quatro partes, a primeira delas dedicada a uma suspensão histórica tal qual a proposta por Simões no texto anterior. Contemporâneo do escritor pelotense, Callage atuou como escritor e jornalista e deu continuidade aos tipos e temas norteadores da prosa regionalista local. Embora pouco pesquisado pela academia, o autor santa-mariense é mencionado nas principais obras de crítica literária sul-rio-grandenses, como a *História literária do Rio Grande do Sul*, de João Pinto da

Silva, e a *História da literatura do Rio Grande do Sul*, de Guilhermino Cesar, que o insere no seleto grupo de escritores sul-rio-grandenses por ele destacados no séc. XX, ao lado de Luiz de Araújo Filho (LAF), Alcides Maya e Simões Lopes Neto.

“Contrabando”, de Darcy Azambuja, destaca a peregrinação de um bando de contrabandistas, que desafia a lei e a ordem na travessia de três cargueiros abarrotados de mercadorias, sob a liderança do contrabandista Fidêncio Lopes. A narrativa ressalta a configuração de uma relação hierárquica entre as personagens, retomada em outros textos regionalistas com a mesma temática. Reconhecido pela crítica como uma espécie de sucessor de Simões Lopes Neto, Azambuja conquistou notoriedade no âmbito das letras ainda muito jovem, sendo premiado pela Academia Brasileira de Letras logo no seu livro de estreia, a coletânea de contos gauchescos *No galpão*, da qual “Contrabandista” faz parte. O conto também está presente em algumas antologias como *Os melhores contos brasileiros de todos os tempos*, de Flávio Moreira da Costa, e *Mário de Andrade e seus contos preferidos*, organizada por Luiz Ruffato.

“Travessia”, de Sergio Faraco, evoca, em 1ª pessoa, a experiência e o ponto de vista infantil sobre uma travessia de contrabando na divisa da Argentina com o Brasil. Na companhia do tio contrabandista, um menino vivencia os perigos e as responsabilidades da empreitada, aprendendo, na prática, o velho ofício fronteiriço. Faraco é considerado um dos maiores contistas do Rio Grande do Sul, tendo contribuído para a renovação do regionalismo e para o amadurecimento da literatura sul-rio-grandense. A temática do contrabando é uma constante na contística do autor e a evolução desta prática pode ser observada em outros textos do mesmo, como “Noite de matar um homem”, “O voo da garça pequena”, “Manilha de espadas”, “Guapear com frangos”, “Hombre” e “O bugio amarelo”.

O conto “O Nossa Senhora Aparecida”, de Aldyr Schlee, encerra o *corpus* de análise desta pesquisa e apresenta o dia a dia de um contrabandista de cachaça. Ambientado no limite do Brasil com o Uruguai, entre as cidades de Jaguarão e Ríó Branco, a narrativa em 3ª pessoa apresenta outra perspectiva sobre a fronteira. Não mais como espaço exclusivo de disputa de territórios, mas também de convergência entre brasileiros e castelhanos, que

compartilham o mesmo rio, a mesma ponte e a mesma condição social paupérrima. Schlee é tido como um dos principais autores sul-rio-grandenses em atividade. Nem brasileiro, nem uruguaio, mas um pouco dos dois, o autor subverte os tratados e os limites políticos estabelecidos pela Ponte Internacional Barão de Mauá, consolidando-a como uma zona de união e de confluência de culturas na sua obra literária.

Para a análise dos cinco contos acima mencionados utilizamos como referência a fortuna crítica relacionada às obras, autores ou contos destacada, especialmente, pela crítica literária sul-rio-grandense. Auxiliou-nos, ainda, a leitura da obra *Bandidos*, do historiador britânico Eric Hobsbawm, em especial, os conceitos de banditismo social e ladrão nobre, por ele elaborados.

Este trabalho está estruturado em três partes. Destacamos, no capítulo introdutório *História e literatura para além das fronteiras*, a formação do território e a delimitação das fronteiras físicas, políticas e culturais entre o Rio Grande do Sul, o Uruguai e parte da Argentina. No mesmo capítulo, discorreremos sobre a história do contrabando no Rio Grande do Sul, retomada no conto “Contrabandista”, de Simões Lopes Neto.

Para a análise dos contos, propomos a seguinte divisão, inspirada na obra de Aldyr Garcia Schlee *Contos de sempre*, e também uma homenagem ao autor jaguareense: *Os de ontem*, para os contos “Contrabandista”, de João Simões Lopes Neto, “Contrabandista”, de Roque Callage e “Contrabando”, de Darcy Azambuja, e *Os de hoje*, para os contos “Travessia”, de Sergio Faraco e “O Nossa Senhora Aparecida”, de Aldyr Schlee.

O capítulo 2 propõe a análise dos três contos com uma vertente mais próxima daquilo que a pesquisadora Gilda Bittencourt classificou como regionalista, *Os de ontem*. O terceiro e último, analisa os dois contos restantes produzidos na contemporaneidade, ao qual intitulamos *Os de hoje*. Cinco narrativas distintas, escritas em períodos históricos diferentes sobre a mesma temática e que apresentam um panorama diverso sobre essa figura tão controversa na história e na ficção quanto o contrabandista.

1 HISTÓRIA E LITERATURA PARA ALÉM DAS FRONTEIRAS

De acordo com o *Dicionário Houaiss de língua portuguesa*, fronteira é a zona limítrofe de um espaço em relação a outro, “o marco, a raia, a linha divisória entre duas áreas, regiões, estados ou países” (HOUAISS, 2004, p.1394). Embora o verbete seja claro e o dicionário apresente mais de uma possibilidade semântica para o uso da palavra, sua complexidade exige uma apuração além do léxico e a investigação transversal de diferentes campos científicos.

O entrecruzamento das ciências humanas, exatas e sociais, proporcionado pelos avanços nos estudos geográficos, históricos, políticos, econômicos e literários ao longo das últimas décadas, fez com que as investigações sobre a fronteira entrassem na ordem do dia da pesquisa científica, tornando-se matéria-prima indispensável para a compreensão de conflitos históricos, das divisões territoriais, das relações diplomáticas e geopolíticas, das aproximações e distanciamentos culturais e, sobretudo, da formação dos estados.

Partindo-se do pressuposto de que o objetivo deste trabalho é a elaboração de um estudo sobre o contrabando e a representação do contrabandista no conto sul-rio-grandense, não imaginamos outro caminho para o início da pesquisa, senão pela apuração das implicações relacionadas ao espaço onde a ocorrência desta prática é bastante recorrente, neste caso, a fronteira. O delineamento das primeiras fronteiras em território americano coincide com o período colonial e foi selado antes mesmo da chegada das governanças portuguesa e espanhola à América, em 1494, com a assinatura do Tratado de Tordesilhas. O acordo entre Portugal, governado por D. João II, o Príncipe Perfeito, e o recém-criado Reino da Espanha, instaurado a partir da união de Isabel de Castela e seu primo, Fernando de Aragão, pactuava uma nova divisão do mundo com a fixação de uma linha imaginária a 370 léguas a oeste do arquipélago de Cabo Verde. De acordo com o tratado, que prevaleceu por mais de dois séculos, caberia aos portugueses a posse das terras a oeste do referido marco e aos espanhóis as terras localizadas a leste do mesmo.

Embora tenha sido concebido com o objetivo de resolver, diplomaticamente, os conflitos territoriais entre Portugal e Espanha, o Tratado de Tordesilhas acirrou ainda mais a disputa entre os dois polos. Segundo o diplomata e historiador Fernando Cacciatore de Garcia, o documento apresentava irremediáveis lacunas, como o fato de não mencionar a partir de qual das ilhas de Cabo Verde começaria a contagem das trezentas e setenta léguas:

Quanto às léguas, na época do tratado, correspondiam elas a diversas e inúmeras medidas, de acordo com cada país e cultura, na verdade, até com cada piloto. Nessas condições, o texto combinado não deu meios para que se calculasse com facilidade por onde passava o meridiano que dividia o mundo entre portugueses e espanhóis. Essas imprecisões condicionarão a impraticabilidade de suas disposições. Além disso, na época do tratado, não se sabia marcar com precisão a longitude (os meridianos) (GARCIA, 2011, p. 30).

Motivo de discórdia quanto à distribuição das terras, o Tratado de Tordesilhas não logrou êxito e a intensa disputa pelas regiões do Prata e do sul do Brasil ressaltou a instabilidade das relações ultramarinas entre as coroas ibéricas, retomando as discussões sobre os limites. Com o objetivo de pôr uma trégua às disputas territoriais e propor uma divisão equânime das colônias, um novo acordo foi assinado por Portugal e Espanha, em 1750:

Um acordo que na posteridade seria saudado como marco pioneiro do Iluminismo nas relações internacionais, por ter anulado o medieval Tordesilhas, instituído pela primeira vez limites naturais como fronteiras internacionais, transposto para o Direito internacional o conceito do Direito civil do *uti possidetis*, criado zonas de paz no Hemisfério Sul e sido o desejo sincero de dois monarcas que queriam paz duradoura para seus reinos e respectivos domínios sul-americanos (GARCIA, 2011, p. 133).

O Tratado de Madri, como foi chamado, instituiu uma nova divisão territorial das colônias sul-americanas entre as coroas ibéricas, oficializou a troca da Colônia do Sacramento pelo Sete Povos das Missões entre as duas nações e acelerou o processo de ocupação e povoamento dos respectivos territórios, que culminou com a formação do estado sul-rio-grandense. Segundo Garcia, em setembro de 1749, antes mesmo do acordo ser chancelado, mais de dois mil ilhéus demandaram ao Continente do Rio Grande na expectativa de

beneficiar-se das promessas reais de terras (1/4 de légua em quadro), animais, instrumentos agrícolas, sementes e, sobretudo, isenções. De acordo com o mesmo autor, “o contingente açoriano representou a virtual duplicação da população do Rio Grande luso-brasileiro, de 3.364 em 1754, teria passado pouco depois para 5.482” (GARCIA, 2011, p. 126). A assinatura, em 13 de janeiro de 1750, promoveu mais uma reviravolta no campo geopolítico, traçando limites que sobreviveram ao tempo e a novas disputas e que configuraram as bases da atual divisão territorial brasileira.

Outros acordos foram alinhavados, antes e depois do Tratado de Madri, com vistas ao reconhecimento de posses e determinação de novos marcos entre Portugal e Espanha. Além dos anteriormente citados, o mais importante é o Tratado de Santo Ildefonso (1777), que encerrou parcialmente a disputa ibérica pelo domínio da Colônia de Sacramento, mas não foi suficiente para solucionar os constantes desentendimentos quanto à demarcação das terras entre as duas nações. Na verdade, nem mesmo o Tratado de Badajós (1801) conseguiu resolver completamente esse impasse.

Em *Portugueses e castelhanos: uma história de luta pela terra*, Maria Eunice Moreira relaciona as características do período com a formação do estado sul-rio-grandense:

A história do território rio-grandense pode ser escrita em torno de um signo – o da luta e da conquista da terra – processo em que, durante séculos, envolveram-se portugueses e castelhanos (expressão aqui estendida aos espanhóis, de modo geral, e não apenas aos habitantes de Castilla), como súditos, respectivamente, das coroas de Portugal e Espanha (MOREIRA, 1999, p. 42).

Luís Augusto Fischer, em artigo publicado na *Revista Vox*, destaca que a influência fronteiriça e o caldo de guerra proveniente das incansáveis batalhas territoriais entre portugueses e castelhanos em solo gaúcho contribuíram para a formação da cultura e demais características do povo sul-rio-grandense. Para ele, antes de tudo, “ser do Rio Grande do Sul implica, em algum momento da vida intelectual, a consciência de saber-se da fronteira” (FISCHER, 2014, p. 8), e complementa:

Foi aqui que antes da Independência os reinos de Portugal e Espanha se confrontaram; foi aqui que o Brasil independente

precisou encarar a tarefa de definir o limite territorial de dois nascentes países, de língua próxima, mas suficientemente diferente para permitir o contraste; foi aqui que por muito tempo houve guerras e escaramuças, para não falar de provocações, tendo sempre antagonistas rosnando uns para os outros (FISCHER, 2014, p. 8).

Na mesma revista, Juremir Machado da Silva resume o que é ser da fronteira como “um estado de espírito, um estilo de vida, uma tradição, um histórico” (SILVA, 2014, p. 11). Ser da fronteira, complementa, é viver na fronteira, pois “a fronteira é uma linha imaginária entre duas ficções” (SILVA, 2014, p. 12).

Segundo o historiador Tau Golin, as discussões sobre as fronteiras sul-rio-grandenses aludem a diferentes pontos de vista e estimulam divergências teóricas nos mais variados campos do conhecimento, “correntes de interpretação que privilegiam, com pesos diferentes, os aspectos ‘físico-políticos’ e os ‘metafóricos’, a fronteira histórica e a imaginária, ora pensadas dialeticamente, ora de forma excludente” (GOLIN, 2004, p. 18). Uma das teorias é a da historiadora Ieda Gutfreind. Ela propõe um recorte a partir de duas perspectivas historiográficas, a lusa e a platina, aos quais denominou matrizes:

Por matriz entende-se um tipo de discurso com características comuns encontradas em um conjunto de obras históricas, cujos conceitos adquirem significados ocultos, conforme a conjuntura que se desenvolve e, por isso mesmo, mantém uma vitalidade sempre eficaz. Essas matrizes representam a busca pela identidade político-cultural do território sul-rio-grandense (GUTFREIND, 1998, p. 11).

Os também historiadores Cezar Guazzelli e Fábio Kühn destacam que é necessário uma avaliação crítica da produção historiográfica sobre a fronteira, especialmente, sobre as duas hipóteses pesquisadas por Gutfreind. Diz Guazzelli:

a primeira delas é aquela que equipara fronteira com limite político. Aceita a historiografia oficial, atribui aos rio-grandenses uma incontestável adesão ao Brasil, sendo o patriotismo comprovado pelos “serviços” prestados aos homens do passado na garantia das fronteiras com os “castelhanos”. Estes historiadores – quase todos vinculados ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul – estabelecem claramente os limites nacionais e a partir daí as diferenças entre fronteiriços dos dois lados: o gaúcho rio-grandense seria diferente do

platino, associado à bandidagem e ao caudilhismo (GUAZZELLI, 2014, p. 177).

Conforme salienta Kühn, será somente na década de 1970 que a noção de fronteira adquirirá outros significados, sendo também entendida como espaço aberto. Para o referido pesquisador, a historiografia tradicional consolidou uma concepção idealizada de fronteira, baseada, sobretudo, “na exaltação das virtudes quase heroicas de um grupo de colonizadores/conquistadores que garantiu a posse do território rio-grandense para a causa portuguesa e também para o Brasil” (KÜHN, 2002, p. 25). De acordo com ele, a revisão desse conceito passa pela desconstrução de mitos e demais representações do passado arraigados na historiografia gaúcha.

Para Kühn, um dos nomes mais significativos dessa matriz interpretativa, utilizando o conceito de Gutfreind, era Moysés Vellinho. Na obra *Fronteira*, avalia o historiador, “a sagrada família lusitana se realizava com todo o brilhantismo pela atuação desses heróis fundadores, genuinamente portugueses e, por óbvia extensão, brasileiros” (KÜHN, 2002, p. 26).

Outra historiadora, Sandra Pesavento, tal qual os pesquisadores anteriormente mencionados, não apenas reconhece a diversidade e a ambiguidade das teorias sobre a fronteira, como propõe uma abordagem mais abrangente sobre o tema. Sua análise se assemelha ao que o uruguaio Ángel Rama irá intitular como comarca. Segundo ela:

o conceito de fronteira trabalha, necessariamente, com princípios de reconhecimento que envolvem analogias, oposições e correspondências de igualdade, em um jogo permanente de interpenetração e conexões variadas. É por esse viés de compreensão de fronteira que se confrontam as percepções de alteridade e da identidade, ou que se contrapõem as construções imaginárias de referência, definindo-se os “outros” com relação a “nós” e vice-versa. Portanto, o recorte epistemológico que “encerra” o conceito de fronteira é capaz de, paradoxalmente, anular este mesmo critério do espaço e avançar para o plano dos significados partilhados (MARTINS, 2002, p. 36).

Conforme dados do Ministério de Relações Exteriores, atualmente, o Brasil possui fronteiras com 10 dos 12 países que compõem a América do Sul, ou seja, somente Chile e Equador não compartilham fronteiras com o país. São

16.886 quilômetros de fronteiras terrestres e 7.367 quilômetros de marítimas¹, em um total de 24.253 quilômetros de zonas fronteiriças. Enquanto as fronteiras terrestres brasileiras desenvolveram-se até o período republicano, as marítimas foram definidas somente em meados do século XX, a partir do aval de instituições internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU).

O Rio Grande do Sul faz fronteira com dois países sul-americanos, ao sul com o Uruguai e a oeste com a Argentina. Levando em conta as extensões fronteiriças estabelecidas com ambos, são 1.003 quilômetros com a Argentina e 724 quilômetros com o Uruguai, somando-se 1.727 quilômetros de faixa de fronteira entre o estado gaúcho e os países platinos.

Sob o ponto de vista da convivência e da cultura, a fronteira separa ou une duas ou mais nações? Até que ponto as aduanas normatizam a vida de quem vive na fronteira ou estabelecem alguma diferença entre quem vive num lado ou no outro? Os questionamentos propostos no texto de apresentação da edição de número 7 da *Revista Vox*, publicada em 2014 pelo Instituto Estadual do Livro (IEL) e pela Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (Corag), são um bom ponto de partida para refletirmos sobre esse tema.

Embora os rios, as pontes, as aduanas, todos esses marcos divisórios naturais ou estabelecidos pelo homem e, sobretudo, a língua ressaltem a diferença e reafirmem a autonomia dos territórios rio-grandense e rioplatenses, aspectos geográficos, como o pampa; alimentares, como a predileção pela carne vermelha e o chimarrão; climáticos, tendo em comum a umidade e o frio; e culturais, pela articulação musical e literária, aproximam nações e sustentam novas indagações de cunho identitário. Seriam Rio Grande do Sul, Uruguai e Argentina, uma terra só, conforme ilustra o título de uma das obras de Aldyr Garcia Schlee?

Esse sentimento é compartilhado na poesia de Fabián Severo, na contística de Schlee, na música de Vitor Ramil, Chito de Mello e Daniel Drexler e na argumentação teórica postulada por Léa Masina. Esboçaremos, a seguir, como essa aproximação é construída tanto do ponto de vista histórico e

¹ Corresponde, aproximadamente, a 30% de toda a extensão fronteiriça nacional do rio Oiapoque, no limite do Amapá com a Guiana Francesa, ao norte, até o arroio Chuí, no limite do Rio Grande do Sul com o Uruguai, ao sul.

geográfico, quanto cultural, através de uma breve análise da contribuição de alguns destes autores. Para isso, recorreremos aos conceitos de comarca e transculturação narrativa, elaborados por Rama.

Para o escritor Aldyr Garcia Schlee, nenhuma barreira foi capaz de separar o que a própria geografia pampiana tratou de unir, neste caso, o Rio Grande do Sul e a República Oriental do Uruguai: “Eu tenho dito e repetido demais que o que acontece na fronteira, sobre a linha divisória, é próprio de uma terra só, é como se fosse uma terra só; e aqui, em nossa comarca, há só uma gente, seja do lado de cá, seja do lado de lá” (SCHLEE, 2014, p. 26). Segundo o autor, a fronteira é o espaço de todos e de ninguém, dividido e unificado “um dia, pelo rio; pela ponte sobre o rio; pela ferrovia sobre a ponte” (SCHLEE, 2014, p. 26). Acima de tudo, “um lugar de encontro não de desencontro, um lugar a partir do qual se torna possível a relação com o outro” (SCHLEE, 2014, p. 26).

Essas peculiaridades permitiram que este escritor gaúcho, antes disso, brasileiro, assumidamente torcedor da seleção uruguaia de futebol, se tornasse o criador da camisa canarinho, talvez, o maior símbolo esportivo nacional, ao vencer um concurso elaborado pelo jornal carioca *Correio da Manhã*, em 1953. Quando alude ao termo comarca, Schlee resgata o conceito elaborado por Ángel Rama. O intelectual uruguaio considera como parte integrante de uma comarca toda e qualquer “área onde há homogeneidade de elementos naturais, étnicos e culturais que convergem em formas similares de criação artística” (AGUIAR, F.; VASCONCELOS, S., 2001, p.13). Sendo assim, as aproximações existentes entre o Rio Grande do Sul, o Uruguai e parte da Argentina configurariam o que ele chamou de comarca pampiana.

Se, por um lado, as comarcas culturais estabelecidas em território latino-americano subvertem e até mesmo ultrapassam as fronteiras nacionais, tal qual o exemplo Rio Grande do Sul/Uruguai/Argentina, por outro, seguem enfrentando resistência não apenas no campo teórico, mas também no político. Para que seja mantida a coesão proposta por Rama é preciso “reconhecer nelas [comarcas] elementos por si só tão poderosos para as fazer sobreviver, conferindo-lhes uma unidade característica, neste século e meio de vida independente, dividida, da América Latina” (AGUIAR, F.; VASCONCELOS, S., 2001, p. 64).

Um destes elementos, argumenta o autor, é a literatura. Segundo ele, “se continuaram sendo notórias e notáveis as aproximações entre os países dentro da mesma comarca, isso se deve em primeiro lugar à literatura, sobretudo, àquela – romance ou poesia – mais embebida de fontes populares” (AGUIAR, F.; VASCONCELOS, S., 2001, p. 64).

Toma-se o exemplo do poeta fronteiriço Fabián Severo. Dentre os livros publicados pelo uruguaio nascido em Artigas, destacaremos *Noite nu norte: poemas em portuñol* lançado no Uruguai, na Argentina, no Brasil e nos Estados Unidos. Na referida obra, vencedora do prêmio Morosoli de Bronze na categoria poesia, em 2010, Severo destaca-se pelo uso original e articulado do portunhol, que segundo ele, “é uma ponte entre o espanhol e o português e que durante muitos anos quiseram transformar num dialeto indigno” (SEVERO, 2014, p. 11). Assim, tornou-se conhecido como o poeta sem gramática (e, por que não, sem fronteiras?) no seu país. Destaca-se, a seguir, um excerto da sua obra, o poema *Trinticuatro*:

Mi madre falava mui bien, yo intendía.
 Fabi andá faser los deber, yo fasía.
 Fabi traseme meio litro de leite, yo trasía.
 Desí pra doña Cora que amañá le pago, yo disía.
 Deya iso gurí i yo deiyava.

Mas mi maestra no intendía.
 Mandava cartas en mi caderno
 todo con rojo (igualsito su cara) i assinava imbaiyo.

Mas mi madre no intendía.
 Le iso pra mim ijo i yo leía.

Mas mi madre no intendía.
 Que fiseste meu fío, te dise que te portaras bien
 i yo me portava.

A istória se repitió por muintos mês.
 Mi maestra iscrevía mas mi madre no intendía.
 Mi maestra iscrevía mas mi madre no intendía.

Intonses serto día mi madre intendió i dise:
 Meu fío tu terás que deiyá la iscuola
 I yo deiyé. (SEVERO, 2010, p.58).

A fusão das línguas portuguesa e espanhola, observada tanto no plano lexical quanto no sintático da poesia de Severo, eleva o portunhol à categoria

de idioma, uma “língua rebelde que não respeita geografias e nem autoridades” (SEVERO, 2014, p. 11), tão uruguaia quanto brasileira. Conclui o poeta:

Em um lugar onde não sabemos onde estamos, porque de manhã fui comprar açúcar e arroz no Brasil, e de tarde fiz arroz com leite no Uruguai, e o sabor é daqui e de lá, é natural que a poesia também seja dupla e múltipla, e que utilizemos palavras em espanhol, português ou em portunhol, segundo a necessidade poética” (SEVERO, 2014, p. 12).

O embate identitário é, assim, superado pela mistura das línguas, que aproximam nações, reinventam a arte, neste caso, a poesia, e estabelecem comarcas linguísticas e culturais. Para Severo:

a fronteira é um grande parque de diversões. Há um rio que rega/banha dois países, pontes que levam e trazem, ruas que falam várias línguas. Ali o sangue se mistura, a língua se entrevera, a vida se multiplica. Onde os mapas se unem ou se separam, onde alguém desenhou uma linha sobre a água ou uma borda sobre a terra, as pessoas vivem fronteiriçamente e falam um limbo idiomático (SEVERO, 2014, p. 11).

Embora Rama não tenha considerado o conto na sua abordagem inicial, talvez seja esse gênero o mais adequado para ilustrar as aproximações étnicas e culturais entre parte da Argentina, do Uruguai e do Brasil por ele sugeridas. Essa é uma das hipóteses que tentaremos comprovar ao longo deste trabalho, sobretudo, nas análises dos brasileiros Aldyr Schlee e Sergio Faraco. A unidade proposta pelo crítico uruguaio é observada tanto no texto literário quanto nos posicionamentos político-ideológicos dos referidos contistas. Diz o primeiro, na abertura da obra *Linha divisória*:

Minha literatura é brasileira mas, antes, gaúcha. Isso quer dizer que, mesmo em português, faz-se uruguaia nos temas e na amplitude geográfica. Assim são estes contos, que não chegam a ser campeiros ou criollos, enquanto gaúchos; mas que também não são propriamente urbanos. Prefiro chamá-los como fazem os uruguaiois: cuentos puebleros; de pueblos, em geral pueblos pobres, de Jaguarão e Río Branco (as cidades irmãs da fronteira onde está a linha divisória). São cuentos puebleros para que sejam cuentos de todos os pueblos. (SCHLEE, 1983, s.p).

Apesar de não ter nascido precisamente na fronteira entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai, como o poeta Fábio Severo e o escritor Aldyr Schlee,

tampouco na fronteira com a Argentina, Vitor Ramil, compositor, músico e escritor brasileiro consolidou sua carreira a partir das relações afetivas e culturais que construiu nos respectivos países. Mesmo tendo morado cinco anos no Rio de Janeiro e a grande maioria dos seus discos ter sido gravada no centro do país, são as influências platinas que permeiam a sua obra, que tem na milonga, ritmo fronteiriço forjado por espanhóis, portugueses e gaúchos, sejam argentinos, uruguaios ou sul-rio-grandenses, uma grande referência:

As fronteiras, tão móveis em nossa origem, pareciam ter mesmo grande importância nessa questão. Muitos de nós, rio-grandenses, consideravam-se mais uruguaios que brasileiros, outros tinham em Buenos Aires, Argentina, um referencial de grande polo irradiador de informação e cultura mais presente que São Paulo e Rio de Janeiro (RAMIL, 2004, p. 14).

Os álbuns *Tango* (1987), *Ramilonga – A estética do frio* (1997) e *Tambong* (2000) e as parcerias estabelecidas com compositores e músicos uruguaios e argentinos como Fito Páez, Jorge Drexler, Pedro Aznar e Carlos Moscardini reafirmam a forte presença do Prata na sua trajetória artística e formação intelectual. O Prata também é evocado na literatura produzida por Ramil. Em *Pequod*, texto de estreia do autor no gênero literário, o enredo é desenvolvido entre a capital uruguaia Montevideú e Satolep (anagrama de Pelotas, cidade natal de Ramil), musicada e, anos depois, transformada em livro pelo mesmo.

Em conferência proferida em Genebra, na Suíça, sob o título *A estética do frio*, no ano de 2003, Ramil destaca que o que faz o gaúcho sentir-se o mais diferente em um país feito de diferenças e o aproxima de países como o Uruguai e a Argentina é “em grande parte, à sua condição de habitantes de uma importante zona de fronteira, com características únicas, a qual formaram e pela qual foram formados” (RAMIL, 2004, p. 7).

Um dos maiores estudiosos sobre a formação do povo brasileiro, o antropólogo Darcy Ribeiro, possui uma opinião semelhante à de Ramil. Destaca-se, na consagrada obra *O povo brasileiro*, sua interpretação sobre o que chamou de Brasis Sulinos, especialmente, em relação aos gaúchos:

Outra variante típica do modo de ser brasileiro é a dos gaúchos, especializados no pastoreio, mas com dois

componentes diferenciadores, o da briosa gente de fronteira e de guerra e, sobretudo, o de caçadores de gado, mais que de criadores, que cresce explorando os rebanhos que multiplicavam nos campos do Sul, cujo valor principal como mercadoria era o couro (RIBEIRO, 2015, p. 75).

A análise de Ribeiro deixa implícita ainda a ideia do contrabando, tema central desta dissertação e que aprofundaremos mais adiante com os postulados de Guilhermino Cesar. Além da música e da fronteira, outro elemento que difere os sul-rio-grandenses dos demais brasileiros e conseqüentemente os aproxima dos platinos é o frio, base da argumentação proposta por Ramil na citada conferência. Para ele:

o frio é um grande diferencial entre nós e os “brasileiros”. E o tamanho da diferença que ele representa vai além do fato de que em nenhum lugar do Brasil sente-se mais frio como no Sul. Por ser emblema de um clima de estações bem definidas – e de nossas próprias, íntimas estações, por determinar nossa cultura, nossos hábitos, ou movimentar a nossa economia; por estar identificado com a nossa paisagem; por ambientar tanto o gaúcho existência-quase-romanesca, como também o rio-grandense e tudo o que não lhe é estranho; por isso tudo que o frio, independentemente de não ser exclusivamente nosso, nos distingue de outras regiões do país. (RAMIL, 2004, p. 13-14).

Sendo assim, além de uma comarca cultural, forjada através do intercâmbio entre as literaturas, a poesia e a música sul-rio-grandense e a platina, observamos a construção de uma comarca do frio, a partir das similaridades do clima pampiano do Rio Grande do Sul, do Uruguai e da Argentina. Outras aproximações poderiam ser apontadas e analisadas, mas a brevidade deste trabalho não permite.

Para sustentar a hipótese teórica que alude à imbricação de culturas, Léa Masina utiliza o conceito de transculturação narrativa, também elaborado por Ángel Rama. De acordo com o uruguaio, a transculturação narrativa resulta do aproveitamento do legado estrangeiro e suscita uma resposta positiva a partir do entrecchoque de diferentes culturas. Em linhas gerais, é “o resultado de um diálogo resistente, áspero, crítico e reivindicatório, que possibilita assimilações e confrontos, rejeições e amálgamas” (MASINA, 1994, p. 70). O caráter transversal da proposta elaborada por Rama permite a aplicação do conceito não apenas no âmbito da literatura, mas em qualquer tipo de manifestação cultural.

O estudo da historiografia sul-rio-grandense mostra-nos que este ponto de vista, que põe em relevo as similaridades entre o Rio Grande do Sul, o Uruguai e a Argentina, já foi rechaçado pela academia, sobretudo, na primeira metade do século XX. Exemplo disso, tal qual havia mencionado o pesquisador Fábio Kühn, em *Breve história do Rio Grande do Sul*, são os apontamentos teóricos defendidos pelo historiador, ensaísta e crítico literário Moysés Vellinho. A passagem a seguir ilustra um pouco sobre o pensamento do santa-mariense, de importante contribuição para a historiografia sul-rio-grandense e brasileira, autor de obras como *Capitania d'El Rei e Fronteira*:

Sabíamos, por preço que vivíamos pagando desde os nossos primeiros dias de vida, que éramos parte integrante de um vasto império político, bravamente cioso dos seus limites, e que esse império tinha uma cultura, uma língua e um destino próprios. Nesta estremadura exposta a todos os perigos e agressões, representávamos as linhas avançadas do mundo luso-brasileiro, e aqui estávamos a resguardá-lo a peito descoberto. Brasileiros que acudiram de várias capitanias, reinóis, os casais de número das ilhas açorianas, os descendentes de um e outros – gente da cidade, do gado e da lavoura -, os nossos maiores, enfim, nunca perderam de vista a missão que as circunstâncias lhes impuseram, e logo ficaram sabendo que aqui foram mandados para cumpri-la à custa de qualquer sacrifício (VELLINHO, 1957, p. 61).

Conforme antecipa o título de um dos seus livros, *O Rio Grande do Sul e o Prata*: contrastes, Vellinho irá contrapor o gaúcho sul-rio-grandense e o *gaúcho* platino, argumentando nesta e em boa parte da sua obra a brasilidade do primeiro. Para Vellinho a origem do gaúcho rio-grandense é predominantemente portuguesa, sobretudo, de base açoriana, e isso repercute diretamente na cultura e na literatura produzida no Rio Grande do Sul. Segundo o pesquisador, o que difere os platinos dos gaúchos é a mestiçagem dos primeiros com os indígenas. Para ele, portanto, o cerne da questão seria, antes de tudo, biológico:

Decisivo, dominante na formação do gaúcho platino, e numericamente tão escasso entre nós, o fator indígena representa, pela enorme desigualdade de sua intercorrência, um elemento que se impõe, desde logo, na diferenciação étnica e social dos dois tipos históricos do *gaúcho* platino e do gaúcho sul-rio-grandense (VELLINHO, 1957, p. 58).

A opinião de Vellino é corroborada por outro importante nome da historiografia gaúcha, Othelo Rosa, que segue a mesma linha de raciocínio do primeiro no artigo intitulado *Formação do Rio Grande do Sul*:

O *gaucho* platino e o gaúcho rio-grandense já na tessitura étnica se distinguem. Ao passo que no rio-grandense o sangue indígena entrou em dosagem muito pequena, no platino a porcentagem foi elevada, como ensinam os próprios sabedores de lá. Vem daí, concluem também eles, o nomadismo, característico do *gaucho* do Prata, inexistente no gaúcho do Rio Grande. Entre os nossos gaúchos, em verdade, o nomadismo nunca foi mais do que mobilidade, decorrente das suas atividades de tropeiros, de vaqueanos de peões de xarqueadas e de estâncias. Mas não esqueçamos que os nossos peões morriam de velhos nos galpões da mesma estância, que os nossos posteiros atravessavam uma existência inteira naqueles ranchos erguidos nos confins dos campos dos patrões e amigos (ROSA, 1957, p. 24).

Cabe salientar, para que não haja uma interpretação descontextualizada da história, que tanto Vellino quanto Rosa são homens do seu tempo e, embora, algumas colocações destoem do entendimento contemporâneo, a contribuição de ambos para os avanços nos estudos históricos, culturais e literários do Rio Grande do Sul é indiscutível.

No estuário desta discussão de caráter identitário, a fronteira também foi configurada como um espaço intervalar, marcada pela disputa bélica e, conseqüentemente, pela violência. Uma terra sem lei e que possui o seu próprio código de ética, conforme argumenta Masina:

No caso do Brasil, especificamente no que concerne ao Cone Sul, “fronteira” conotou, por muito tempo, instabilidade e mudança, oscilação de domínio político, perpetuação de lutas que a literatura registra em seus textos populares e eruditos, conforme as ideologias da época em que se produziram (MASINA, 1994, p. 56).

Consoante apontou a pesquisadora anteriormente, a literatura possui um *corpus* extraordinário sobre este tema, que pode contribuir para a compreensão e o aprofundamento da pesquisa histórica e, até mesmo, antropológica. Segundo ela, “a competência para a recriação performática talvez seja um dos traços mais característicos da literatura fronteira do Brasil” (MASINA, 2003, p. 45), argumento que retoma o diálogo com Rama e institui a criação de uma

nova nomenclatura no âmbito dos estudos literários brasileiros, sobretudo, no Rio Grande do Sul, devido à proximidade dos países platinos:

A literatura produzida nas regiões fronteiriças do Cone Sul traz a marca da dupla ambiguidade. Primeiro, do choque entre as culturas emissoras e receptoras, que assinala boa parte da produção literária brasileira e platina; depois, mais recentemente, do diálogo que se estabelece, dentre as culturas novas que surgem do almágama referido e que continuam a interagir, através de contatos e trocas permanentes. Assim, em Juan José Morosoli, escritor uruguaio, lê-se Sergio Faraco, brasileiro, ambos contistas contemporâneos. Em Faraco lê-se Arregui e Mempo Giardinelli, uruguaio o primeiro e argentino o segundo (MASINA, 1994, p. 57).

Para Masina, a literatura sul-rio-grandense é, por si só, fronteiriça, já que resultante da produção em um estuário de culturas, sobretudo, a portuguesa e a espanhola. Esta literatura, conclui a pesquisadora, encontra no contrabando a sua forma mais perene de operar trocas:

Opondo a transgressão, a prática do interdito, ao estabelecido e ao institucionalizado, o contrabando desenvolve o eixo da mobilidade sobre o da permanência e da imobilidade. Altera a fisionomia estática da campanha, representada na literatura regionalista pelas “manchas” descritivas das paisagens, que expandem-se como representações simbólicas do homem e impõe a audácia épica, embora destituída da heroicidade da guerra (MASINA, 1994, p. 65).

Sobre este tema, olvidado pela historiografia sul-rio-grandense e que norteará esta pesquisa acadêmica, recorreremos aos postulados do historiador, jornalista e crítico literário Guilhermino Cesar. Mencionado no Código Criminal do Império do Brasil, de 1830, o contrabando consolidou-se como crime no Código Penal de 1940, tendo sua legislação recentemente alterada pela Presidência da República, em junho de 2014, com o aumento da pena para 2 a 5 anos de prisão. Em *O contrabando no sul do Brasil*, Cesar publica um estudo pioneiro sobre a prática clandestina, iniciado em 1977 nas páginas do *Caderno de Sábado*, conhecido suplemento literário do jornal *Correio do Povo*. Embora possua um título bastante abrangente, a obra tem como foco de análise apenas o contrabando praticado em território sul-rio-grandense no decorrer dos séculos XVIII, XIX e XX.

Respaldado por um *corpus* composto por cartas, tratados e documentos seculares, resultado de anos de pesquisa em arquivos e bibliotecas públicas,

Cesar remonta à história da formação do estado do Rio Grande do Sul e do Brasil, tendo como pano de fundo o contrabando realizado nestas terras entre o período colonial e o Estado Novo. No período colonial, a disputa territorial entre as metrópoles portuguesa e espanhola e as medidas de proteção aos mercados internos adotadas por ambas as coroas, especialmente, o monopólio, talvez seja o primeiro grande motivo para a emergência do contrabando nas regiões do Prata e da campanha, conforme assinala o pesquisador na citação a seguir:

O monopólio instituído por ambas as nações ibéricas, as quais nunca se entenderam bem no atinente ao comércio ultramarino, como em quase tudo, dava crescentes provas de sua vitalidade. Aqueles que o acionavam, por seu turno, limitavam-se a responder, com o seu gesto, a interesses prementes. Não via, porém, a tradição colonialista portuguesa e espanhola que o monopólio, herança das coroas quinhentistas, representava uma lâmina de dois gumes. Pois, se evitava descaminhos, sem ele, não obstante, o contrabando não teria alcançado o espantoso desenvolvimento que atraiu aventureiros de todas as nações ao Rio da Prata e às costas meridionais do Brasil (CESAR, 1978, p. 30).

As privações impostas pelo monopólio estatal contribuíram para a configuração de “um espírito de revolta que veio mais tarde refletir-se em toda a estrutura social do Novo Mundo” (CESAR, 1978, p. 9). Se, por um lado, as coroas conseguiram conter o comércio institucional entre as incipientes nações americanas, por outro, fomentaram indiretamente o surgimento do comércio clandestino:

Se o monopólio obscurantista, então instituído por Lisboa e Madri, teve poderes para barrar as transações diretas, efetuadas por platinos e brasileiros com outros povos, não logrou, todavia, impedir que os sul-americanos em geral praticassem à sombra dele um volumoso contrabando. Para favorecê-lo, em primeiro lugar, havia a necessidade. Em segundo lugar, a inobservância das leis fiscais, em tão remotas paragens, era um estímulo à cobiça do pioneiro (CESAR, 1978, p. 15).

Os motivos ressaltados por Cesar evidenciam um recorte temporal marcado pela transgressão, pela resistência e luta pela sobrevivência, ao qual o contrabando se tornou um símbolo. Segundo o historiador, “uma riqueza incalculável jazia quase inexplorada nos campos sulinos” (CESAR, 1978, p. 31) e não demorou muito para que aticasse a cobiça dos europeus e se

convertesse em negócio clandestino através de um “contrabando intenso e variado, que tanto abarcava os couros como o gado em pé - vacum, cavalari e mular –, panos europeus, ferro, a prata peruana, escravos, sal, especiarias, erva-mate e fumo (CESAR, 1978, p. 11).

Essa abundância de matéria-prima, especialmente, os animais de abate e de tração, “atraiu gente, e mais gente, que aqui se acomodou, de forma tumultuada na campanha, criando um gênero de vida marcado pela desobediência aos monopólios realengos e, de modo mais estrito, à vigilância fiscal direta” (CESAR, 1978, p. 43). Em outras palavras, “tornou possível para um gaúcho em potência ter e gozar vida de renegado, à margem da sociedade” (NICHOLS, 1946, p. 56). Soma-se a isto o fato de, à época, o contrabando não ser considerado crime, o que permitiu que fosse praticado à revelia, inclusive, pela própria coroa:

Sempre que queria, Portugal, para saciar sua fome de prata peruana, acionava-lhe os cordões, aquém e além de Buenos Aires; e a Espanha, por sua vez, fechava os olhos ao caudal de manufaturas com que os portugueses agitavam as águas platinas” (CESAR, 1978, p. 30).

O pacto velado entre portugueses e espanhóis era compartilhado tanto nos altos quanto nos baixos escalões, sendo os fiscais e os guardas responsáveis pelo bloqueio os principais agentes das negociações:

Tudo, ali, girava sabidamente em torno do lucro imediato. E tanto os chefes militares, a começar pelo Governador, como a soldadesca, os colonos, os comerciantes lá estabelecidos, se interessavam por tal modalidade de ganho. De resto, podiam impunemente praticá-lo (CESAR, 1978, p. 43).

Esse clima de impunidade perdurou durante todo o período colonial e impulsionou não apenas o crescimento da prática do contrabando, como a sua institucionalização pelas coroas ibéricas. O projeto expansionista europeu e a necessidade de mão de obra para o desenvolvimento das colônias estabeleceu as bases para um negócio cruel e lucrativo: o contrabando de escravos. A exploração desta modalidade foi controlada alternadamente por concessões portuguesas, espanholas e inglesas; no entanto, o monopólio constituído pelas nações europeias não impediu que o comércio de escravos também fosse realizado de maneira clandestina: “Nem o contrabando de víveres ou de

tecidos, nem o de gado, nem o de prata e ouro foram aqui mais rendosos do que o de carne humana” (CESAR, 1978, p. 19).

Exatos vinte e oito anos após a independência do Brasil, em 1850, o governo imperial promulgou a Lei Eusébio de Queirós, que proibiu o tráfico de escravos no país. Embora tenha sido um avanço significativo para a legislação brasileira, a sanção não surtiu o efeito desejado em algumas regiões do território brasileiro, sobretudo, naquelas em que a mão de obra escrava impulsionava o desenvolvimento econômico, como é o caso do Rio Grande do Sul. Segundo aponta a historiadora Sandra Pesavento, “justamente no período ocupado pela desagregação da escravidão – segunda metade do século XIX - o Rio Grande do Sul ascendeu como estado escravocrata” (PESAVENTO, 1989, p. 141). Sua pesquisa destaca que a população escrava mais do que duplicou no estado sulino entre os anos de 1864 e 1874, passando de 40.000 escravos para 98.450. Na citação a seguir, Pesavento explica os motivos que colocaram o Rio Grande do Sul na contramão do projeto abolicionista brasileiro:

A extinção do tráfico negreiro em 1850, estabelecendo uma gradual transição para o trabalho livre, atingiu o Rio Grande do Sul no momento em que o charque encontrava condições de expansão no mercado nacional, no que diz respeito ao incremento da demanda do produto face à retração de oferta da mercadoria pelos concorrentes, prejudicados pelas guerras platinas. Portanto, aos estímulos provenientes do mercado interno para a produção do charque, se opunha uma restrição à oferta de trabalhadores escravos. A situação tendeu a se agravar para o Rio Grande na década seguinte, quando se restabeleceu a concorrência platina no fornecimento de charque para o Brasil. As estratégias sulinas para a superação da “crise de braços” foram, por um lado o contrabando de escravos e, por outro, a aquisição de escravos de outras regiões do país (PESAVENTO, 1989, p. 141-142).

Outro tipo de contrabando apontado na pesquisa realizada por Guilhermino Cesar é o de guerra. Segundo ele, o uso desta nomenclatura deve-se ao fato de o mesmo ter subsidiado direta ou indiretamente operações militares seja para arrecadação de recursos, seja para alimentação dos combatentes, através da captura e do comércio clandestino de reses, cavalos e demais gêneros. O contrabando de guerra preencheu uma página importante na historiografia sul-rio-grandense e remonta uma das maiores guerras civis já

travadas no Brasil, a Guerra dos Farrapos. De acordo com Cesar, foi graças ao contrabando que o conflito realizado entre os anos de 1835 e 1845 prolongou-se por tanto tempo, haja vista, que era praticado tanto pelas tropas farroupilhas quanto pelas tropas imperiais:

Praticavam-no ostensivamente, segundo os azares do momento e as conveniências pessoais ou particulares em conflito. O império mandava buscar cavalhadas no Prata, e hábeis contrabandistas se encarregavam de trazê-las até São Borja, onde eram confiadas a vaqueanos de confiança, para o exército de D. Pedro II. A República Rio-Grandense, por seu turno, vendia mate, e o mais que houvesse, aos vizinhos interessados em traficar às ocultas (CESAR, 1978, p. 57).

A Guerra dos Farrapos, que ainda hoje repercute na história, na cultura e no imaginário sul-rio-grandense, forjou personagens marcados pela lealdade, pela bravura e outros tantos atributos positivos idealizados pela história e pela literatura, mas também pela transgressão² e pelo interdito proporcionado pela prática do contrabando:

Durante os dez anos da guerra civil farroupilha, não houve como opor obstáculo eficiente ao contrabando. Armas, pólvora, gado, dinheiro, cavalhadas, ferro, sal, tecidos, consoante a necessidade das populações e tropas, circulavam como nunca pela fronteira. O contrabandista eventual, tanto quanto o de profissão, os agentes do governo legal, os chefes militares, toda essa gente envolvida pelo conflito procedia conforme as circunstâncias. Ante a necessidades prementes, no calor de uma guerra áspera, não houve quem não pusesse de quarentena certos escrúpulos. Infringia-se conscientemente, em nome de uma ideologia, ou de carências prosaicas, inerentes à vida, o regulamento alfandegário em toda a província (CESAR, 1978, p. 69).

Os dez anos de intenso conflito contribuíram para o desenvolvimento econômico de algumas cidades platinas, as quais recorriam os rebeldes em busca de suprimentos. Segundo Cesar, “Várias localidades uruguaias cresceram então extraordinariamente, graças à intermediação comercial que a guerra havia estimulado. Exemplo disso é a hoje cidade de Salto, fundada em

² Em *Bento Gonçalves: o herói ladrão* o historiador Tau Golin reafirma a tese de que a Guerra dos Farrapos apoiou-se na prática do contrabando e credita ao general Bento Gonçalves da Silva a alcunha de um dos maiores contrabandistas e ladrões de gado da historiografia sul-rio-grandense. Publicado em 1983, o livro é até hoje motivo de polêmica entre setores conservadores e tradicionalistas do estado.

1817, por brasileiros e indígenas remanescentes dos Sete Povos” (CESAR, 1978, p. 57-58). As atas, correspondências e demais documentos históricos analisados por Cesar revelam a criação de uma zona de livre comércio entre os farrapos e a Banda Oriental consolidada não apenas em Salto, mas também em Paisandu e Montevideu. Estas cidades, sobretudo a primeira, tornaram-se verdadeiros corredores comerciais a serviço dos farroupilhas no período do conflito.

Para o pesquisador, os lucros obtidos com a guerra e, sobretudo, com a prática do contrabando, proporcionaram maior autonomia às colônias de língua espanhola. Isto possibilitou, entre outras coisas, a quebra do monopólio comercial ibérico e a derrubada do colonialismo espanhol no Rio Grande do Sul:

Contrabando, contrabando, contrabando... Eis a monótona cantilena dos documentos oficiais da época. Mas isso, justamente, vem provar a tese, já desenvolvida por historiadores de penetrante visão (a exemplo do nosso Capistrano de Abreu), de que o comércio ilícito, contrariando a orientação monopolista da Coroa Espanhola, mas respondendo a instantes necessidades, teve um poder ofensivo de tal ordem, interessou a tantas pessoas e instituições, que ajudou, em verdade, a derrubar o colonialismo no Rio Grande do Sul (CESAR, 1978, 27-28).

Neste sentido, Cesar atribui uma função social significativa ao contrabando/contrabandista: a libertação dos estados americanos do domínio ibérico. O suficiente, na interpretação do historiador, para serem absolvidos pela história:

Impelidos pela ambição, levando um vago sentimento de pátria dentro do peito, não obstante seguissem tortuosos caminhos, realizaram, afinal de contas, uma obra de paz, contribuindo para que se consolidasse o domínio territorial de três nações: Brasil, Uruguai e Argentina, tendo como divisor natural, a Oeste, o Rio Uruguai (CESAR, 1978, p. 55).

Embora tenha conseguido realizar uma pesquisa de fôlego e esmiuçado a história do contrabando no Rio Grande do Sul no decorrer de três séculos Cesar reconhece a incompletude do trabalho:

Absorvido por outras tarefas mais urgentes, fiz o possível, mas não o que gostaria, no íntimo, de sujeitar a crítica dos leitores. Mais tarde, se uma abertura surgir na trama de diversos trabalhos em febril andamento, voltarei ao tema. Enquanto

isso, fico em que novos investigadores também se dediquem a estudá-lo em suas múltiplas implicações sociais, econômicas, políticas, e até mesmo psicológicas. Sem desprezar ainda o que existe no contrabando de peculiar, enquanto motivo, como inspirador da literatura e das artes em geral (CESAR, 1978, p. 9).

O autor, de fato, não conseguiu retornar ao tema, mas seu livro tornou-se uma fonte indispensável para uma nova geração de investigadores da história sul-rio-grandense. No texto de abertura de *O contrabando no sul do Brasil*, Cesar reitera o desejo de que o assunto tenha continuidade no âmbito da pesquisa: “O livro que se vai ler é o ensaio, digo melhor, o esboço que pude chegar. Tem por objeto precípuo convocar ao mesmo gênero de pesquisa a inteligência de pessoas jovens, que a isso se disponham com toda a energia” (CESAR, 1978, p. 9). O convite proposto pelo historiador e crítico literário brasileiro, na década de 1970, é muito mais do que um incentivo para seguirmos o caminho sugerido: é uma convocação!

2 “OS DE ONTEM”

Neste capítulo, intitulado *Os de ontem*, destacaremos a fortuna crítica e os contos “Contrabandista”, “Contrabandista” e “Contrabando”, dos escritores sul-rio-grandenses João Simões Lopes Neto, Roque Callage e Darcy Azambuja, bem como a vida e a obra desses autores. O texto de abertura, “Contrabando”, de Simões Lopes Neto, seja pelo caráter histórico, seja pela estratégia narrativa, balizará as análises que seguem. Além da questão temática, a opção pelos demais autores, Roque Callage e Darcy Azambuja, deve-se ao fato de ambos serem ainda pouco discutidos na academia, muito embora possuam produções consideráveis nos âmbitos literário, jornalístico e jurídico.

2.1 “Contrabandista”, de João Simões Lopes Neto

Dos três contistas que compõem o *corpus* de pesquisa deste capítulo, João Simões Lopes Neto é, sem dúvida, o mais conhecido. Nasceu em Pelotas, em 1865, onde teve o primeiro e único contato com o mundo rural, ainda criança, na Estância da Graça, propriedade do seu avô; no começo da adolescência, rumou para o Rio de Janeiro, iniciando um curto período de estudos. No seu retorno à cidade natal, trabalhou como despachante e, antes de dedicar-se à literatura, experimentou o jornalismo e a carreira militar³, além de sucessivos fracassos no ramo industrial, empreendendo sem êxito nas áreas do café, da vidraçaria, da exploração de prata e do tabaco, alcançando alguma notoriedade com a invenção de um antiparasitário à base de fumo para animais e plantas, o *tabacina*, e dos cigarros *Marca Diabo*⁴.

Sua trajetória literária tem início no último quartel do século XIX, no jornal do tio, Ismael Simões Lopes. Nas páginas de *A Pátria*, Simões Lopes Neto recorre ao *triolé*, “poema lírico de forma fixa, originário da França”

³ No âmbito do militarismo, Simões configurou um dos episódios mais curiosos da sua biografia, ao ser nomeado capitão da Guarda Nacional sem ter participado sequer de um único combate.

⁴ Essa e outras histórias podem ser encontradas nas biografias *Um capitão da Guarda Nacional* (1985), de Carlos Reverbel, e *João Simões Lopes Neto: uma biografia* (2003), organizada pelo pesquisador Carlos Francisco Sica Diniz, duas boas fontes de consulta sobre a vida de Simões, especialmente a primeira, pela extensa pesquisa documental e bibliográfica realizada sobre o autor pelotense.

(MOISÉS, 2004, p. 452), ao riso e a inúmeros pseudônimos para traçar um panorama crítico da sociedade pelotense na seção intitulada *Balas de Estalo*, “sátira leve aos fatos cotidianos, tipos e instituições da ‘Princesa do Sul’ (CHIAPPINI, 1988, p. 29). Em outras palavras, resume Chiappini, um treino para os seus contos de humor.

Um destes poemas, publicado em 14 de julho de 1888, sob a alcunha de João Rimole, antecipa um tema que seria melhor explorado pelo autor alguns anos depois, no conto “Contrabandista”, publicado originalmente em 1912. “O sr. d. Contrabando” destaca a astúcia do tipo social fronteiriço no enfrentamento dos impostos, considerados injustos pelo eu-lírico em questão, regulados pelo fisco:

O sr. d. Contrabando
Alça a cabeça e ri.
Diz: que gente, nunca vi!...
O sr. d. Contrabando –
E todo ancho de si,
Vai a todos flauteando.
O sr. d. Contrabando
Alça a cabeça e ri!

Pomadas e panos quentes.
Que remédio! É infalível!!...
- Energia? É incompatível –
Pomadas e panos quentes.
É bem caricato, é risível,
Mas não se faz descontentes.
Pomadas e panos quentes:
Que remédio! É infalível!

Este fisco é impagável,
Por outra, pago de mais...
Por entre suspiros, ais.
Este fisco é impagável!
E por brilhanturas tais,
Este fisco é lamentável,
Este fisco é impagável
Por outra pago de mais⁵.

O texto não segue a estrutura clássica do triolé, com esquema rítmico ABBABAAB, mas possui algumas similaridades, como a composição em três

⁵ O poema está reproduzido no livro *A outra face de J. Simões Lopes Neto*, de Ângelo Pires Moreira.

oitavas e duas rimas; com destaque para as repetições de alguns versos, como o 1º, o 4º e o 7º, outra característica do gênero francês.

Na imprensa, o autor continuaria a sua produção literária e viria a colaborar ainda com os jornais *Diário Popular*, *Correio Mercantil* e *A Opinião Pública*. Em 1910, Simões publica *Cancioneiro guasca*, uma compilação das primeiras manifestações literárias rio-grandenses, composto por antigas danças, poemets, quadras, trovas, dizeres, poesias históricas e desafios, fonte inesgotável de tipos e temas pampianos recorrentes nas suas obras posteriores:

Está no *Cancioneiro* sua fonte popular e, nela, alguns temas que, às vezes modificados, outras vezes ampliados, constituem a matéria das narrativas englobadas nos *Contos gauchescos*. Aí foram colhidos, sobretudo, os traços coletivos que lhe permitiram tipificar o gaúcho na personagem de Blau Nunes, sem sacrifício da individualidade e afastando-o, por outro lado, da caricatura amorfa a que fora reduzido na sequência das generalizações (CHAVES, 2001, p.71).

No *Diário Popular*, entre setembro de 1911 e maio de 1912, Simões teve seus primeiros contos publicados⁶, os quais anos mais tarde, se tornariam a sua grande obra-prima, *Contos gauchescos*, editado pela Livraria Universal, de Pelotas, ainda em 1912. Para o crítico Augusto Meyer, “talvez ninguém no Brasil tenha conseguido uma identificação tão profunda com o espírito dos seus pagos, a tal ponto que o próprio João Simões Lopes Neto, o pelotense culto e de família patricia, inteiramente se apaga na sombra de Blau, o vaqueano” (MEYER, 2002, p. 140). Simões Lopes Neto faleceu em Pelotas, aos 51 anos, em 14 de junho de 1916⁷, pouco depois da publicação da sua

⁶ O crédito desta importante descoberta é da doutora em Letras pela PUCRS, Cláudia Rejane Dornelles Antunes, através da pesquisa *A poética do conto de Simões Lopes Neto: o exemplo de “O negro bonifácio”*, no ano de 2001. De acordo com a pesquisadora, antes da edição em livro, doze contos foram publicados no jornal pelotense. São eles: “Duelo de Farrapos”, em 20 de setembro de 1911; “No manantial”, em 3 de março de 1912; “Trezentas onças”, em 4 de abril de 1912; “O boi velho”, em 7 de abril de 1912; “Correr eguada”, em 11 de abril de 1912; “Melancia-Coco verde”, em 14 de abril de 1912; “O anjo da vitória”, em 18 de abril de 1912; “Os cabelos da china”, em 21 de abril de 1912; “O mate do João Cardoso”, em 25 de abril de 1912; “Chasque do Imperador”, em 28 de abril de 1912; “O jogo do osso”, em 1º de maio de 1912 e “Penar de velhos”, em 5 de maio de 1912. O conto “Contrabandista” viria a ser publicado somente em setembro de 1912, na primeira edição em livro de *Contos gauchescos*.

⁷ O ano de 2016 marcou o centenário de morte de João Simões Lopes Neto. Em todo o território sul-rio-grandense, e em especial no município de Pelotas, o autor foi lembrado com uma série de homenagens.

segunda obra, *Lendas do Sul*, também pela Livraria Universal, em 1913; e da veiculação de *Casos do Romualdo*, de 1º a 21 de junho de 1914, no jornal *Correio Mercantil*.

Para a análise do conto “Contrabandista”, recorreremos às histórias da literatura do Rio Grande do Sul e aos demais clássicos da crítica simoniana e sul-rio-grandense, como as obras *Simões Lopes Neto*, de Flávio Loureiro Chaves, *No entretanto dos tempos*, de Lígia Chiappini, e *Prosa dos pagos*, de Augusto Meyer. De acordo com o professor e crítico literário Flávio Loureiro Chaves, “nenhuma outra passagem dos *Contos gauchescos* fará uma reconstituição tão pormenorizada da formação histórica do Rio Grande do Sul, ocupando praticamente a metade de toda a extensão da narrativa” (CHAVES, 2001, p. 164), quanto a destacada por Simões no conto “Contrabandista”.

Conforme aponta Chaves (2001), a narrativa pode ser dividida em três partes: a apresentação do contrabandista, a digressão histórica acerca do contrabando e, por fim, o que o crítico chamou de caso, que nada mais é do que o relato do narrador-personagem Blau Nunes sobre a morte do contrabandista Jango Jorge ao cruzar a fronteira em busca de um enxoval para o casamento da filha.

Quanto à apresentação, observa-se o destaque aos atributos positivos do contrabandista como a força, a valentia, o espírito guerreiro e uma estreita relação com a natureza, que lhe permite o conhecimento pleno da região fronteira através dos sentidos:

Conhecia as querências, pelo faro: aqui era o cheiro do açouta-cavalo florescido, lá o dos trevais, o das guabirobas rasteiras, do capim-limão; pelo ouvido: aqui, cancha de graxains, lá os pastos que ensurdecem ou estalam no casco do cavalo; adiante, o chape-chape, noutro ponto, o areão. Até pelo gosto ele dizia a parada, porque sabia onde estavam as águas salobres e águas leves, com sabor de barro ou sabendo a limo (LOPES NETO, 2013, p. 174).

Para Reverbel, “a idealização do contrabandista, vaqueano dos caminhos de aventura, tropeiro de sonhos e perigos, sempre significou um gaúcho dono de si, andarengo de horizontes largos, companheiro da liberdade” (REVERBEL, 1986, p. 107). Características, estas, inerentes ao personagem

Jango Jorge, forjado na adversidade e praticamente um perito no ofício do contrabando. Essa prática, aliás, não é vista como criminosa pelo narrador simoniano, conforme se vê no trecho a seguir:

Nesta terra do Rio Grande sempre se contrabandeou, desde em antes da tomada das Missões. Naqueles tempos o que se fazia era sem malícia, e mais por divertir e acoquinar as guardas do inimigo: uma partida de guascas montava a cavalo, entrava na Banda Oriental e arrebanhava uma ponta grande de eguações; abanava o poncho e vinha a meia-rédea; apartava-se a potrada e largava-se o resto; os de lá faziam conosco a mesma cousa; depois era com gados, que se tocava a trote e galope, abandonando os assoleados. Isso se fazia por despique dos espanhóis e eles se pagavam desquitando-se do mesmo jeito (LOPES NETO, 2013, p. 176).

Nota-se, na citação acima, que o contrabando surge de maneira lúdica, como uma espécie de jogo entre rio-grandenses e castelhanos: “Os paisanos das duas terras brigavam, mas os mercadores se entendiam” (LOPES NETO, 2013, p. 178), complementa Blau. Na continuidade do relato histórico, o narrador explica as sanções impostas pela Coroa, como o monopólio e o controle de mercado, bem como outras razões que contribuíram para a evolução da prática no Rio Grande do Sul:

Vancê tome tenência e vá vendo como as cousas, por si mesmas, se explicam. Naquela era, a pólvora era do el-rei nosso senhor e só por sua licença é que algum particular graúdo podia ter em casa um polvarim... Também só na vila de Porto Alegre é que havia baralhos de jogar, que eram feitos só na fábrica do rei nosso senhor, e havia fiscal, sim senhor, das cartas de jogar, e ninguém podia comprar senão dessas! Por esses tempos antigos também o tal rei nosso senhor mandou botar para fora os ourives da vila do Rio Grande e acabar com os lavrantes e prendistas dos outros lugares desta terra, só pra dar flux aos reinóis... Agora imagine vancê se a gente lá de dentro podia andar com tantas etiquetas e pedindo louvado pra se defender, pra se divertir e pra luxar!... O tal rei nosso senhor, não enxergava, mesmo!... E logo com quem!... Com a gauchada!... (LOPES NETO, 2013, p. 177-178).

O discurso evocado pela personagem na narrativa é o mesmo do autor de *Contos gauchescos*, que posiciona-se de forma contundente sobre o contrabando na obra *Terra gaúcha*:

Naqueles tempos as colônias, tanto espanholas como portuguesas não podiam comerciar senão com a respectiva metrópole, sendo-lhe severamente proibido o trato com as demais nações europeias; este odioso sistema garantia os negociantes do reino que aqui vendiam os seus artigos a preços exorbitantes, enriquecendo sobre os abusos e as extorsões aos colonos. Por isso muitos moradores tratavam de iludir o cumprimento das leis tão vexatórias, dedicando-se ao contrabando, apesar das penas severíssimas, inclusive a de morte, com que se castigava este ilícito comércio (LOPES NETO, 1955, p. 131).

Em repúdio ao conjunto de normas e privações, eclode o contrabando, meio encontrado pelos fronteiriços para o acesso a bens de toda a natureza: como munição, alimentos, perfumes, tecidos, joias e adornos para as mulheres. Sua prática afirma outro tipo social na historiografia e na literatura sul-rio-grandense; com um código de ética próprio e características bastante singulares, o contrabandista aproxima-se de personagens históricos controversos, como Robin Hood e Lampião, classificados como ladrões nobres ou bandidos sociais pelo historiador britânico Eric Hobsbawm, na obra *Bandidos*.

Em geral, argumenta Hobsbawm, os bandidos sociais “corrigem erros, desagravam as injustiças e, ao assim proceder, aplicam um critério mais geral de relações justas e equitativas entre os homens em geral, em particular entre os ricos e os pobres, os fortes e os fracos” (HOBSBAWM, 1976, p. 19). O viés social do contrabando, tese defendida por Guilhermino Cesar em *O contrabando no sul do Brasil* é relativizado pelo narrador simoniano, que credita aos estrangeiros a institucionalização e a criminalização da prática no território rio-grandense. Com a chegada dos espanhóis e demais imigrantes na Província, diz Blau, “a cousa então mudou de figura. A estrangeirada era mitrada, na regra, e foi quem ensinou a gente de cá a mergulhar e ficar de cabeça enxuta...” (LOPES NETO, 2013, p. 179). Desse período em diante, constata o narrador, “entrou nos homens a sedução de ganhar barato” (LOPES NETO, 2013, p. 179). Acrescenta, Chaves:

É importante consignar que esta versão simoniana da formação rio-grandense, embora revele a faceta menos nobre da formação do gaúcho, está rigorosamente de acordo com a verdade histórica que muitos não quiseram ou não puderam ver, mascarando-a sob a tradição do falso heroísmo, quase sempre ocultando-a numa zona velada à investigação e que praticamente só em nossos dias veio a ser esclarecida (CHAVES, 2001, p. 164-165).

De acordo com a pesquisadora Lea Masina, a representação do contrabandista tem sua origem em três textos fundadores da literatura latino-americana: “Identificando-se aos valores da ‘gauchônia’ platina, criados por obras canonizadoras, dentre as quais *Facundo*, de Sarmiento, *Martin Fierro*, de Hernandez, *Don Segundo Sombra*, de Guiraldes, surge o contrabandista – bandido, estancieiro ou comerciante – vivendo de acordo com padrões locais e uma ética própria” (MASINA, 1994, p. 65). Na literatura sul-rio-grandense, complementa Masina, “Seu exemplo referencial é o Jango Jorge, do conto ‘Contrabandista’, na visão mito-poética de Simões Lopes Neto” (MASINA, 1994, p. 65). Segundo Blau, Jango não era apenas um changador, mas “o maioral nesses estropícios”. Foi, ainda, o “capitão duma maloca de contrabandistas”, o que denota uma posição hierarquicamente superior em relação aos demais companheiros.

Em artigo publicado na revista *Letras de Hoje*, intitulado “Simões Lopes Neto e a literatura dos povos platinos”, o escritor Aldyr Garcia Schlee pede para a crítica literária “abrir os olhos e mirar em volta”, atentando para a influência do Prata na literatura sul-rio-grandense:

Não vejo, pois, como continuar insistindo nas vertentes históricas ou folclóricas do regionalismo gaúcho na ignorância da literatura dos povos platinos. Somente através do reconhecimento de nossa identidade regional e de cuidadosa retomada do estudo dos autores rio-grandenses face ao que se produziu e se produz na literatura uruguaia e argentina, poderemos aprofundar a busca das raízes desse regionalismo (SCHLEE, 1989, p-78-79).

Para Schlee, a influência platina na obra de Simões explica a modernidade do seu regionalismo e a posição de relevo do autor de *Contos gauchescos* ante os escritores do seu tempo. Argumento, esse, também defendido por Chiappini:

A hipótese de ser a gauchesca platina uma das fontes de Simões Lopes é digna de consideração, especialmente se pensarmos na possibilidade de ele ter-se inspirado nela para colocar a história na boca do gaúcho pobre. De fato, o autor de *Martin Fierro* e seus antecessores, embora pertencessem às classes médias e vivessem na cidade, queriam conquistar o público iletrado e, para isso, inventaram um gênero de poema narrativo que fala do gaúcho, na linguagem do gaúcho e quem narra é o gaúcho, sob cuja pele oculta o escritor da cidade (CHIAPPINI, 1988, p. 91).

Na retomada do caso, após uma retrospectiva sobre a gênese do contrabando nas terras rio-grandenses, Blau deixa transparecer o seu ponto de vista sobre a travessia: “Parecia-me que aquilo devia ser feito em casa, à moda antiga mas, como cada um manda no que é seu...” (LOPES NETO, 2013, p. 176). A advertência do narrador simoniano, tal qual um reconhecimento aristotélico, anuncia que algo errado viria a acontecer: “Como disse, na madrugada vésp’ra do casamento o Jango Jorge saiu para ir buscar o enxoval da filha. Passou o dia; passou a noite. No outro dia, que era o do casamento, até de tarde, nada” (LOPES NETO, 2013, p. 180). A espera termina apenas quando um dos convidados percebe um bando de cavalarianos aproximar-se do rancho “- Aí vem o Jango Jorge, com mais gente!...”; entretanto, o que deveria ser um alívio para todos e motivo de celebração se transforma em dor com a chegada da tropa: “E nesse meio tempo parava no terreiro a comitiva; mas num silêncio, tudo. E o mesmo silêncio foi fechando todas as bocas e abrindo todos os olhos” (LOPES NETO, 2013, p. 181). O desenlace é trágico e imagético: o branco do vestido contrasta com o vermelho⁸ do corpo ensanguentado e desfalecido do contrabandista, “Ninguém perguntou nada, ninguém informou de nada; todos entenderam tudo...; que a festa estava acabada e a tristeza começada” (LOPES NETO, 2013, p. 181). O riso converte-se em pranto, o casamento em velório e configura-se ali uma legítima reviravolta aristotélica.

⁸ Esse contraste também é utilizado por Apparício Silva Rillo para ilustrar a morte do também contrabandista Nico no poema de sua autoria nomeado “Contrabando”: “Ficou o Nico sobre um saco da farinha / que um balaço espedaçou / Tinha um lenço maragato / na brancura da farinha/onde o índio se apoiou”. O jogo de cores entre o branco e o vermelho, o vestido de noiva e o sangue também é observado no desfecho da novela *Manhã transfigurada*, de Luiz Antonio de Assis Brasil.

O amor e a morte, temas universais, dos gregos aos grandes clássicos da literatura ocidental e contemporânea, também nortearam a prosa simoniana. Em *Contos gauchescos*, as duas temáticas constituem a matéria comum⁹ sobre o qual a maioria dos dezoito contos são desenvolvidos, a partir das vivências e memórias do vaqueano Blau Nunes. O depoimento de um dos seus companheiros reproduz o último ato de bravura do contrabandista Jango Jorge, durante o conflito, em desvantagem, com a guarda e a recuperação do enxoval prometido para a filha: “- A guarda nos deu em cima... tomou os cargueiros... E mataram o capitão porque ele avançou sozinho para a mula ponteira e suspendeu um pacote que vinha solto... e ainda o amarrou no corpo... Aí foi que o crivaram de balas... parado... Os ordinários!...” (LOPES NETO, 2013, p. 181).

Sua coragem contagia os comandados, que evitam que os restos mortais do velho capitão sejam devorados por urubus ou exibidos como troféu pelo inimigo: “Tivemos que brigar, pra tomar o corpo”, registra um dos seus homens. O desfecho inesperado do contrabandista ressalta o caráter humano e, sobretudo, mortal do herói simoniano, sinalizando um novo ângulo de análise sobre a principal personagem da ficção sul-rio-grandense, o gaúcho.

O conto “Contrabandista” é avaliado pela crítica, tanto pela riqueza histórica quanto pela qualidade estética, como um dos textos mais bem escritos por Simões. João Pinto da Silva, na *História literária do Rio Grande do Sul*, de 1924, considera-o “o mais formoso de seus contos, admirável pelo bem lançado das figuras, pela emoção e pelas imagens” (SILVA, 2013, p. 124). Em *Prosa dos pagos*, o crítico Augusto Meyer manifesta opinião semelhante à do historiador sul-rio-grandense. Segundo ele, “nas suas dez páginas, se acha contido o melhor documento para a interpretação do contrabando” (MEYER, 2002, p.147). Na avaliação de Meyer, “Contrabandista” é um “modelo do gênero, digno de figurar em qualquer antologia, pelo máximo da sobriedade no efeito pungente e o modo singelo de contar” (MEYER, 2002, p. 147).

É o texto com maior circulação nacional de Simões Lopes Neto, sendo publicado em jornais, revistas, coletâneas e em várias antologias de contos, entre as quais se destacam *As obras-primas do conto brasileiro*, de Almiro

⁹ Em nota no livro *Prosa dos pagos*, o crítico Augusto Meyer resumiu a obra de Simões como “contos de sangue e paixão”.

Rolmes Barbosa e Edgard Cavalheiro, *Antologia escolar de contos brasileiros*, com seleção de Ivo Barbieri e Maria Mecler Kampell e organização de Herberto Sales, *Mario de Andrade: seus contos preferidos*, de Luiz Ruffato, e *Os cem melhores contos do século*, organizada pelo pesquisador Italo Moriconi. “O maior defeito desse conto está na sombra que deixou sobre os outros, de tanto ser gabado e citado” (MEYER, 2002, p. 147), resume Meyer. E é justamente esses “outros” contos sul-rio-grandenses, de temática semelhante, o *corpus* que complementarará esta pesquisa.

2.2 “Contrabandista”, de Roque Callage

No dia 13 de dezembro de 1886 nascia, no município de Santa Maria, Roque Callage, escritor e jornalista sul-rio-grandense, que deu continuidade aos tipos e temas norteadores da prosa regionalista local. O engajamento jornalístico e o apreço pelo Rio Grande do Sul marcaram a curta, porém laboriosa trajetória de Callage no campo das letras. Como jornalista, profissão que cultivou paralelamente à produção literária, colaborou com os principais periódicos da sua cidade natal como *O Popular*, *O Estado* e *O Combatente*, tendo iniciado a atividade, ainda adolescente, nos semanários *O Estudante*, *O Boêmio* e *A Sogra*.

Em São Gabriel, alguns anos depois, contribuiu nas redações de *O Comércio* e *A Tribuna*, tornando-se conhecido em todo o estado pela postura crítica em relação aos jogos de azar e por ter capitaneado uma campanha em prol da moralização dos costumes: “Estigmatizando a onda de vícios e de corrupção que já naquela época tomava grande vulto, e que viria mais tarde invadir todas as camadas sociais” (MACHADO, 1975, p. 58), salienta o seu principal biógrafo, Propício da Silveira Machado. Nesta cidade, estreita relações com a elite política e intelectual da época e conhece a única esposa, descendente de italianos, Anita Banali, tendo com ela três filhos.

Antes de partir para o Rio de Janeiro e atuar como redator em *A Notícia*, *A Tribuna*, *A Noite* e *Gazeta de Notícias*, empreendeu a fundação do seu próprio jornal, o vespertino *Diário da Tarde*, que circulou em São Gabriel pelo período de três anos. A experiência na então capital brasileira, onde exercera cargo na Biblioteca Nacional, durou pouco tempo, sendo interrompida

abruptamente com a notícia do falecimento do primogênito, de apenas três anos. A tragédia familiar acelerou o retorno de Callage ao Rio Grande do Sul, onde fora acolhido na redação do *Correio do Povo*. “Dirigiu aí, com raro brilho, a importante secção Semanário, desde a data de 3 de julho de 1921, e que fora criada pelo saudoso poeta e jornalista Paulino de Azurena, a qual se publicava aos domingos, em rodapé com grande e geral agrado dos leitores” (MACHADO, 1975, p. 61).

Deixou o *Correio* em março de 1925 para fundar outro jornal, o *Diário de Notícias*, pautando seus comentários e artigos na busca por soluções para os problemas estruturais de Porto Alegre. Na coluna “A cidade”, a partir de sugestões enviadas pelos leitores, “exercia a crítica como direito assegurado a todos na livre manifestação do pensamento, mas sempre nos moldes de boa educação e dentro do respeito da dignidade humana, de ética e de cortesia intelectual” (MACHADO, 1975, p. 101). Filho do colono italiano Luís Callage, o autor fez jus às origens, tornando-se um entusiasta da presença imigrante no estado, tendo escrito inúmeros ensaios e artigos a respeito.

No âmbito da literatura, antes de consagrar-se como escritor regionalista, Callage experimenta algumas frustrações. A maior delas refere-se à recepção do seu livro de estreia, *Prosas de ontem*¹⁰, publicado em 1908 e “considerado fraco, inclusive pelo próprio autor” (CALLAGE, 1998, p. 10). Dois anos depois, em 1910, recupera o apreço da crítica com a publicação do segundo livro, intitulado *Escombros*. Embora aborde questões que envolvam o universo pampiano, a obra revela “um escritor romântico, que ainda não achara o caminho definitivo” (CALLAGE, 2000, p. 12). Em 1914, Callage alcança a maturidade literária com *Terra gaúcha – cenas da vida rio-grandense*¹¹, consolidando-se definitivamente na seara regionalista. Suas páginas apresentam um panorama bastante abrangente da vida no campo e destacam, como poucas obras regionalistas do mesmo período, a diversidade do povo

¹⁰ Na sua biografia *Roque Callage: vida, obra e antologia*, Propício da Silveira Machado relata que, num gesto demasiado de autocrítica, o autor recolheu todos os exemplares de circulação na época. Embora não aprovada por Callage, a obra viria a ser reeditada no ano de 2004 pela editora da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), em edição conjunta com o segundo livro do autor, a obra *Escombros*.

¹¹ Na segunda edição de *Terra gaúcha – cenas da vida rio-grandense* observa-se a publicação de pequenas resenhas, veiculadas nos jornais da época, que antecedem o texto literário. Avaliações sucintas, na maior parte elogiosas, por parte de jornalistas e críticos literários.

gaúcho, representado em tipos, até então, periféricos na literatura rio-grandense, como o colono, o carreteiro e o contrabandista, perfil este que analisaremos na continuidade deste trabalho.

Considerado o primeiro trabalho de cunho não ficcional do autor, *Terra natal – aspectos e impressões do Rio Grande do Sul*, 1919, mostra-nos um ensaísta dedicado aos temas locais, especialmente, históricos e culturais. *Crônicas e contos*, 1920, expõe outra habilidade literária do escritor sul-rio-grandense: a crônica. Neste gênero, pauta-se em temáticas mais universais, abordando não apenas o cotidiano dos gaúchos, mas do restante da população brasileira. Em 1923, Callage faz da pena e do papel instrumentos de oposição ao governo autoritário de Borges de Medeiros, narrando os detalhes do levante revolucionário liderado por Assis Brasil na obra *O drama das coxilhas*. Testemunhou, ainda, menos de uma década depois, o movimento iniciado no Rio Grande do Sul e que proporcionou a derrubada da República Velha, no livro *Episódios da revolução*, de 1930. Na avaliação de Machado¹², Callage:

revelou-se nesse trabalho um autêntico historiador, de notável senso de observação e com aquele extraordinário poder descritivo com que sabia narrar os mais variados acontecimentos, dando-nos então o relato fiel de todo o desenrolar do memorável movimento que empolgou os gaúchos em todos os quadrantes do Rio Grande e se irradiou para outros estados, até seu glorioso desfecho (MACHADO, 1975, p. 75).

O interesse pelas coisas do Rio Grande o motivou a percorrer o estado e compilar mais de duas mil expressões e termos rio-grandenses no *Vocabulário gaúcho*, de 1926, um dos mais completos estudos do gênero. Callage escreveu ainda os livros de contos *Rincão – cenas do campo* (1924), *Quero-quero – cenas crioulas* (1927) e *No fogão gaúcho* (1929), sendo definido da seguinte forma por J. Mozart de Mello: “Tinha asas, desejava voar. Cedo, madrugaram-lhe os pendores para as letras. A vida literária empolgou-o ainda implume. Saíram-lhe os esporões nas lutas afanosas da imprensa” (MELLO, 1948, p. 85-

¹² Um fator comum da crítica e da historiografia tradicional (mais persistente no século XX e até no XXI) é o tom ufano com que trata de matérias concernentes ao estado, com destaque para vultos históricos, personagens, valores estéticos e até morais. A citação de Machado é um exemplo desta particularidade, que, por ora, persiste na crítica contemporânea.

86). O pesquisador destacou, ainda, a paixão do autor santa-mariense pelo solo gaúcho:

O Rio Grande do Sul foi a menina dos seus olhos. Ainda distante, fora das fronteiras, a nostalgia o prendia com cadeias d'aço ao solo gaúcho, à "querência" idolatrada. Amava a nossa gente e as nossas cousas como um bom filho ama a família e a casa paterna. Roque Callage põe em relevo o que há de bom nas tradições gauchescas; elogiou-as e alimentou-as (MELLO, 1948, p.91-92).

O autor morreu jovem, aos 43 anos, no dia 23 de maio de 1931, em virtude de complicações relacionadas à tuberculose. Embora de maneira sucinta, Roque Callage é mencionado nos principais compêndios literários organizados pela crítica sul-rio-grandense. Na *História literária do Rio Grande do Sul*, ao referir-se ao livro *Terra gaúcha*, João Pinto da Silva reporta-se ao autor da seguinte maneira:

Roque Callage apresenta-nos agora uma série de cenas e paisagens locais, às vezes vigorosas e coloridas, ao mesmo tempo que nos mostra, sem forte sopro evocatório, é certo, porém com relativo apuro de frase a melancolia incurável do gaúcho que começa se sentir estrangeiro dentro do próprio pago (SILVA, 2013, p. 234).

No texto dedicado a Callage, o historiador comenta as transformações ocorridas no campo e a conseqüente modernização do mundo rural, indicando a agricultura e o trem como os principais inimigos do gaúcho de papel e tinta construído pelo autor santa-mariense. Da obra *Terra gaúcha*, Pinto destaca os contos "A vítima", "Carreteiro", "Divertidos", "Seca", "Civilização" e "Carneador", especialmente o primeiro, sobre o qual ensaia uma pequena análise.

Guilhermino Cesar, por sua vez, o insere em um seleto grupo de escritores sul-rio-grandenses, ao lado de autores como Luiz de Araújo Filho (LAF), Alcides Maya e Simões Lopes Neto na sua *História da literatura do Rio Grande do Sul*. Outra referência sobre Callage pode ser encontrada em *Prosa dos pagos*. No texto redigido por Augusto Meyer, no entanto, não são as obras ficcionais do autor que são ressaltadas, mas a sua vertente crítica. Sendo assim, Meyer recorre à coletânea de ensaios sobre o Rio Grande do Sul, *No fogão gaúcho*, para a elaboração de dois textos distintos, "O gaúcho, de Alencar" e "Negrinho do pastoreio".

Após a análise da fortuna crítica sobre o autor santa-mariense, dá-se início a outra etapa deste trabalho: a análise da sua produção ficcional, mais especificamente, o conto ou o caso, “Contrabandista”¹³ - parte integrante do livro *Terra gaúcha*. Entende-se por caso o texto curto, dinâmico e em que há a predominância da narração, “levando seu narrador a apresentá-lo num discurso convincente de sua realidade” (MOREIRA, 1982, p. 106). Sobre esse traço característico da obra callagiana, observado especialmente em “Contrabandista”, reflete João Pinto da Silva: “Em todo o livro não figura uma única composição que seja, real e efetivamente, um conto, no sentido técnico, oficial do termo. Para isso, falta a todas elas enredo, vida, entrechoque de emoções e interesses. São aspectos, nada mais, da nossa vida e da nossa natureza” (SILVA, 2013, p. 232).

Narrado em 3ª pessoa, “Contrabandista” destaca as transformações ocorridas no campo, o advento da modernidade e a influência do meio nas ações da personagem contrabandista Amancio Silva, surpreendido por uma emboscada após aceitar a travessia de um carregamento de joias. O texto é curto, com apenas três páginas, e divide-se em quatro partes. A primeira delas, assemelha-se à suspensão proposta por Blau Nunes em “Contrabandista”, no momento em que destaca o contexto histórico para o desenvolvimento do enredo. Neste prólogo, o narrador lamenta, nostálgico, a ruína de um dos protagonistas dos pampas, o contrabandista:

Mais acertado ainda seria dizer-se que já não existe aquela figura de aventureiro e revel, ressumbrando o fogo da coragem, enforquilhado no dorso do cavalo, domando as sinuosidades da terra, vencendo as próprias incertezas do Destino, proclamando sonhos ardentes de liberdade. Esse, dizem, desapareceu (CALLAGE, 2000, p. 29).

A descrição da personagem coloca em relevo o embate identitário do gaúcho frente às novidades do mundo moderno e a consequente transformação da paisagem pampiana. “Modificado por contínuos atritos de

¹³ Este texto é dedicado a Eliezer Abbot, filho do ex-governador do Rio Grande do Sul Fernando Abbot, que esteve à frente do estado por dois períodos: de 16/03/1891 a 14/07/1891 e de 27/09/1892 a 24/01/1893. Além dessa, observam-se outras quatro dedicatórias em *Terra gaúcha*, que demonstram o prestígio de Callage nas classes política e intelectual da época. São os casos de: “Carneador”, a Januário Coelho da Costa, “Civilização”, a Leal de Souza, “Na estância”, a Rubem de Faria Corrêa, e “Memória”, dedicado ao grande incentivador e amigo Alcides Maya.

elementos novos” (CALLAGE, 2000, p. 29), o contrabandista adapta-se às novas circunstâncias e, para sobreviver, transforma-se em uma figura covarde, cruel e sanguinária, conforme argumenta o narrador:

O que aí no campo existe a galopar, furtivo e tímido, perseguido pelas sombras do medo, fugindo sempre para o sul, para a fronteira Oriental, ou para as ribas protetoras da Argentina, são por vezes, senão quase sempre, meras aparições de contrabandistas, assassinos a golpes frios, filhos do abigeato, predispostos ao crime, delinquentes do ofício ou por uma imprescindível condição de meio (CALLAGE, 2000, p. 29).

Entregues ao delito, os contrabandistas passam a escrever “uma página quente de sangue” (CALLAGE, 2000, p. 30) no espaço fronteiriço e tornam-se, portanto, o avesso dos tipos postulados nos demais contos que compõem esse capítulo, ilustrados pelas mãos de Simões Lopes Neto e Darcy Azambuja, respectivamente, as personagens Jango Jorge e Fidêncio Lopes: “Daí em diante, a luta e o sobressalto jamais lhe largam as pegadas ligeiras. No primeiro encontro, se não tombar fulminado faz-se novamente homicida. É daí que começa o prenúncio da carreira, marcando-lhe a diretriz infeliz” (CALLAGE, 2000, p. 29).

A história inicia, de fato, somente na segunda parte do caso. Nesta etapa, são revelados o espaço e as personagens, sobretudo, a protagonista, o contrabandista Amancio Silva. “Gente do município ou das bandas de Santo Eugênio resumia o caso, cruamente, sem delongas, nem detalhes” (CALLAGE, 2000, p. 30), ressalta o narrador. Nem brasileiro, nem uruguaio, o *gaucho*, no sentido amplo da palavra, Amancio Silva representa o hibridismo forjado pela proximidade geográfica e, conseqüentemente, cultural do Rio Grande do Sul, do Uruguai e de parte da Argentina, consolidando o que o intelectual uruguaio Ángel Rama classificou como comarca pampiana. Para Léa Masina, outra pesquisadora sobre o tema, “A literatura produzida nas fronteiras, que cobre aproximadamente o espaço de um século, registra o diálogo amplo com culturas vizinhas e não apenas lutas episódicas e compulsórias contra os povos irmãos, decorrentes da arbitrariedade dos governos e da cruzeza de homens criados para a guerra” (MASINA, 1994, p. 67), questões essas observadas, especialmente, no conto de Simões Lopes Neto.

Sendo assim, acrescenta a autora, “No caso específico das literaturas do Cone Sul, sobretudo argentina, brasileira e uruguaia, o contrabando, por suas peculiaridades de prática ora interdita, ora consentida ou até mesmo estimulada, constitui um dos elementos que possibilitam aproximações e confrontos” (MASINA, 1994, p. 63). Na tentativa de resgatar o perfil idealizado do contrabandista de outrora, o narrador callagiano remonta à história de Amancio – engendrado na linha divisória e acostumado desde menino às armadilhas da travessia: “Criara-se naquela profissão aventureira. Quando guri, acompanhara seu pai em jornadas audaciosas, sentindo de perto a iminência de perigos, sempre de trabuco à cintura, desafiando os guardas repressores com insolência de ditos marotos, apanhados à gíria” (CALLAGE, 2000, p. 30).

O contrabando, neste caso, é tratado como um ofício, algo que é perpetuado de pai para filho¹⁴, e a ruptura trágica dessa experiência - o pai de Amancio é assassinado em uma emboscada - torna-se o estopim para o desenvolvimento da história, estimulando na personagem o desejo de vingança: “Desde isso jurou vingar-se. Aprendeu o crime naquela cena momentânea; a ocasião o fez delinquente, e o assassino surgiu num atávico e estranho conjunto de elementos...” (CALLAGE, 2000, p. 30).

Na companhia da sua arma e do seu cavalo, Amancio, como todos os contrabandistas, “corta caminhos arriscados, em demanda de destinos incertos, conduzindo sua carga e, para resguardá-la da avidez aduaneira, espingardeia e mata” (CALLAGE, 2000, p. 29). O animal, aliás, é destacado nos outros dois contos deste capítulo como o principal meio de transporte de cargas utilizado pelos contrabandistas¹⁵. No capítulo intitulado “Corcéis”, da obra *O drama das coxilhas*, Callage reflete sobre a relação do gaúcho com o cavalo:

Para o gaúcho amalgamado nos sobressaltos das revoluções, o cavalo é ainda o meio de transporte mais leal e seguro. Foi com ele que realizamos os ciclos mais belos da nossa vida e que escrevemos, no ímpeto das cargas de lança, as páginas mais incisivas da nossa história. Com ele, intimamente unido por uma solidariedade preparada pelo próprio meio, os impulsos vitoriosos do homem se sobrepuseram a todos os

¹⁴ O conto “Travessia”, de Sergio Faraco, irá reafirmar esse conceito.

¹⁵ O uso da chalana é observado apenas nos contos modernos, especialmente, os elaborados pelos escritores nascidos em cidades fronteiriças, como Aldyr Garcia Schlee e Sergio Faraco.

obstáculos. Destarte, o guapo “pingo” insôfrego e, no poder inconsciente das suas quatro patas, o criador desses grandes tipos lendários a viverem, de ordinário, nos mais ousados cometimentos da vida, terminando depois na fúria dos combates, ou no delírio dos entreveiros. Formador de caudilhos, em galopadas desenfreadas pela campanha, em marcha batida para a frente, defendendo ideais de liberdade ou consolidação de tiranias, vimo-lo ainda nos rudes trabalhos da estância, na faceirice dos passeios, nas trotadas largas da estrada, na “penca” das carreiras ou no disparo das “califórnicas” (CALLAGE, 1923, p. 30-31).

O conto destaca a fidelidade do contrabandista aos valores tradicionais que dignificam a representação do gaúcho construído pela literatura sul-rio-grandense, como a honra e a lealdade, ainda que modificado pelo meio: “Amancio Silva se fez bandido, ora por necessidade, ora por profissão, mas sempre fiel ao cumprimento dos contratos” (CALLAGE, 2000, p. 30). O narrador continua: “Matou mil vezes, mas nunca roubou objeto algum dos carregamentos a seu cargo” (CALLAGE, 2000, p. 30), por isso, era requisitado pelos comerciantes fronteiriços. A representação de contrabandista encontrada no texto de Callage, portanto, assemelha-se ao bandido social apontado pelo historiador Eric Hobsbawm na obra *Bandidos*:

O ponto básico a respeito dos bandidos sociais é que são proscritos rurais, encarados como criminosos pelo senhor e pelo Estado, mas que continuam a fazer parte da sociedade camponesa, e são considerados por sua gente como heróis, como campeões, vingadores, paladinos da Justiça, talvez até mesmo como líderes da libertação e, sempre, como homens a serem admirados, ajudados e apoiados (HOBSBAWM, 1976, p. 11).

A construção da atmosfera dá-se apenas a partir da terceira parte do caso, especialmente, após Amancio aceitar mais uma aventura fronteiriça, a travessia de joias para um remetente desconhecido. O crédito depositado em si e a recompensa prevista, caso concluída a negociação, motivaram o contrabandista a iniciar mais uma jornada pelos campos rio-grandenses. Assim, por três dias seguidos, lutou incansavelmente contra as forças inimigas: “Por várias vezes, grupos repressores perseguiram-no a fortes tiroteios, à pata de matungos ruins, nos prainos imensos” (CALLAGE, 2000, p. 31). Esteve, por vezes, até mesmo em desvantagem, mas consegue preservar a carga e a vida, pois, “tinha dado a sua palavra e havia de levar o contrabando, custasse o que

custasse” (CALLAGE, 2000, p. 31), reforçando os preceitos do “fio do bigode” alinhavados com o negociante.

Assim, após enfrentar percalços de todos os tipos, “negaceando restingas, cortando caminhos estranhos, arrombando alambrados, alvejando às vezes a arma, chegara, enfim, a seu destino, derreado e salvo” (CALLAGE, 2000, p. 31), um rancho desconhecido e ainda inexplorado pelo experiente contrabandista Amancio, no município do Alegrete.

Nesse íterim, todavia, os guardas “souberam do plano e daquela vez [o contrabandista] não escaparia livre das balas perseguidoras” (CALLAGE, 2000, p. 30). Às escondidas, uma emboscada fora preparada pela guarda, que aguardava o momento certo para capturar Amancio Silva. Na quarta parte, tal qual observa-se nos outros dois contos que complementam este capítulo, o desfecho é trágico e novamente termina com a morte do membro da classe hierarquicamente menos amparada, neste caso, o contrabandista.

Com o sentimento de dever cumprido, Amancio atraca o cargueiro de joias no local combinado e, ao bater à porta do rancho para receber a recompensa pelo trabalho, é atacado abruptamente pela guarda aduaneira: “Houve um estampido forte de tiros, ruídos de armas brancas se cruzando com fragor” (CALLAGE, 2000, p. 31), relata o narrador, destacando a bravura do contrabandista que ainda resiste à investida da lei. A luta, no entanto, não é o suficiente para poupar-lhe a vida, conforme conclui, melancolicamente, a seguir: “Depois, gemidos de vencido, ânsias de agonizante aniquilado pela traição, e aquela altaneira figura de contrabandista homicida e guapo, não mais saiu do rancho ermo, alinhado na estrada solitária, numa tristeza pungente de tapera (CALLAGE, 2000, p. 31).

Da mesma forma que ocorre com Jango Jorge e, no conto a seguir, com a personagem Chiru, Amancio Silva é punido com a morte; destino de todos aqueles que transgridem a lei e a ordem no complexo e disputado território de fronteira nos contos regionalistas.

2.3 “Contrabando”, de Darcy Azambuja

Darcy Pereira de Azambuja surgiu nos anos 20 como um dos nomes mais promissores da ficção sul-rio-grandense. Nascido em 26 de agosto de

1903, no município de Encruzilhada do Sul, teve uma vida dedicada ao Direito, ao serviço público e à literatura. Graduou-se em 1927 pela Faculdade de Direito de Porto Alegre, onde iniciou a carreira no ensino superior, assumindo, em seguida, os cargos de Promotor Público, Procurador-Geral e Consultor-Geral do Estado.

Escreveu as obras *Teoria geral do estado* (1942), *Decadência e grandeza da democracia* (1945) e *Introdução à ciência política* (1969), referências para os estudos do Direito. Na área jurídica, tornou-se ainda membro do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil no Rio Grande do Sul (OAB-RS). Em 1935, foi nomeado secretário estadual do Interior e Exterior, pelo então governador José Antônio Flores da Cunha, cargo exercido até 1937.

No âmbito da literatura, conquistou reconhecimento muito jovem, com apenas 22 anos, sendo premiado pela Academia Brasileira de Letras logo na sua obra de estreia, a coletânea de contos gauchescos intitulada *No galpão*. Publicado em 1925 pela editora Globo, em Porto Alegre, o livro lançou um olhar renovador sobre o regionalismo sulino ao retratar o advento da modernidade, as transformações no modo de vida no campo e os impactos sociais no cotidiano do gaúcho, questões que seriam aprofundadas na trilogia do gaúcho a pé, escrita por Cyro Martins, pouco mais de uma década depois. Complementam a obra literária azambujiana as obras *Contos gauchescos* (1928), *Prodigiosa aventura e outras histórias possíveis* (1939), *Romance antigo* (1940) e *Coxilhas* (1957).

Composta pelos contos “Fogão gaúcho”, “Contrabando”, “Carreteiros”, “Brinquedo pesado”, “Juca Conceição”, “Por pena”, “Velhos tempos”, “Querência”, “Charla”, “Dias de chuva”, “Andarengo”, “Lagoa morta”, “Fazendo aramado”, “Beira de estrada”, “Embocada” e “Passo brabo”, *No galpão* despertou a atenção da crítica literária da época, que não poupou elogios e comparações. A mais emblemática, talvez, é de autoria de Augusto Meyer, em um compêndio dedicado à literatura brasileira, organizado por Afrânio Coutinho. De acordo com o crítico rio-grandense, trata-se do surgimento de um verdadeiro mestre do conto “uma espécie de primo-irmão de Simões Lopes Neto”, palavras que repercutiram positivamente na circulação e recepção da obra. Para Meyer, *No galpão* promove “o reatamento da tradição literária

gauchesca em novos moldes” (MEYER, 1999, p. 305) através de características como:

limpidez de estilo, veracidade e fluência da narrativa, uma discreta poesia, sempre contida e equilibrada, de vez em quando um pouco de paisagem, mas só o essencial, e principalmente o gosto de contar sem preocupações de explicar, sem a interferência do autor cioso de psicologia que notamos, por exemplo, em Alcides Maya (MEYER, 1999, p.305).

Embora apresente alguns aspectos considerados inovadores para a época, a obra mantém-se vinculada à tradição regionalista, reproduzindo o pensamento conservador que marcou o período:

A perspectiva que nos oferece ainda reflete a mentalidade predominante nas primeiras décadas do século 20. O contexto social que transparece *No galpão* parece orientar-se por “aquela amizade funda e concentrada, niveladora de peões e patrões, criados nas mesmas lides, onde gradua não o nascimento ou fortuna, mas o valor de cada um”. Tal era a proposta da ‘democracia da estância’, construída na defesa da sociedade agrária, visando amenizar (e porventura mascarar) as relações de poder e mando vigentes no regime patrimonial e patriarcal (CHAVES, 2006, p. 91).

Em nota à segunda edição da *História literária do Rio Grande do Sul*, cuja data remonta o ano de 1930, João Pinto da Silva destaca a intensa produção literária gaúcha no final dos anos 20, ao qual o surgimento de novos escritores e escritoras, “são um canto de confiança e de esperança, a que a realidade está correspondendo promissoriamente” (SILVA, 2013, p. 17).

Originalmente publicada no ano de 1924, a “primeira incursão abrangente e significativa promovida no Estado no plano da historiografia” (BAUMGARTEN, 1997, p. 169) não inclui, no âmbito da sua análise, a obra *No galpão*, no entanto, reconhece a qualidade literária de Azambuja e a sua contribuição para a renovação das letras gaúchas e brasileiras, ao citá-la rapidamente: “Quando o livro saiu, existiam, com efeito, em estado de latência, esperando para nascer, consoante a imagem lírica, algumas obras expressivas. Não me atribuo, é óbvio, nenhum dom profético. O ambiente insofismavelmente, então, as anunciava” (SILVA, 2013, p. 17), diz o crítico, mencionando, em seguida, o lançamento da obra *No galpão*, seguida de

Pampa, de João Maia, e *Querência*, de Vieira Pires, todas do gênero conto, além de outros textos ficcionais que iriam compor o novo panorama da literatura sul-rio-grandense.

Publicada em 1956, pouco mais de três décadas após a edição do primeiro registro historiográfico da literatura sul-rio-grandense, *História da literatura do Rio Grande do Sul*, de Guilhermino Cesar, promove uma incursão ainda mais detalhada na historiografia literária sulina, remontando desde as suas origens até o início do século XX. Mais uma vez, o recorte temporal escolhido pelo historiador, 1737-1902, impossibilita uma investigação mais apurada do texto azambujiano, o que, não impede que a sua obra mais conhecida seja citada. No capítulo introdutório do compêndio, ao estabelecer uma divisão da literatura sul-rio-grandense em sete períodos, Cesar aponta *No galpão* como a principal referência literária entre os anos de 1902 e 1925.

No capítulo XV, intitulado *Da reação anti-romântica aos primeiros parnasianos*, Azambuja é mais uma vez mencionado e, novamente, vinculado à obra simoniana:

em pleno fastígio do Parnasianismo, como ainda no seio da própria geração simbolista, lá estavam os restos do velho fogão gaúcho – cujas brasas já meio cobertas de cinza a mão potente de um prosador, João Simões Lopes Neto, revolveria neste século para aquecer na chama alta toda uma geração, os modernistas de 1925. Estes, na aparência discípulos de Alcides Maya, em verdade o negaram, porque muito mais próximos do autor das *Lendas do Sul*. E, assim, os “novos” de após-guerra, Augusto Meyer, Vargas Neto e Darcy Azambuja, restabelecerão, na poesia e na prosa, ligações subterrâneas com a corrente que vinha de longe – do patriarcado duro e intratável de Apolinário (CESAR, 2006, p. 291).

Em *A literatura no Rio Grande do Sul*, Regina Zilberman preenche as lacunas deixadas pelos seus antecessores e faz um exame detalhado de *No galpão*, “a criação mais importante na década em que a literatura brasileira amoldava-se aos efeitos da revolução modernista” (ZILBERMAN, 1992, p. 80), segundo suas palavras. No capítulo “A permanência da linhagem regionalista”, a pesquisadora compara a premiada obra azambujiana ao texto mais conhecido de Simões Lopes Neto, *Contos gauchescos*:

Como nos *Contos gauchescos*, *No galpão* preocupa-se em alcançar uma coincidência total entre o narrador e a situação narrada. Para obter esse trânsito entre dois segmentos, o escritor situa os narradores no meio rural, fazendo com que as personagens contem as histórias. “Fogão gaúcho”, o primeiro relato, ilustra essa situação, correspondendo analogicamente à apresentação de Blau Nunes, na obra de Simões Lopes Neto (ZILBERMAN, 1992, p. 76).

O conto que analisaremos a seguir, “Contrabando”, é um dos mais conhecidos do autor¹⁶. A narrativa destaca a peregrinação de um grupo de contrabandistas, que desafiam a lei e a ordem, numa travessia clandestina de mercadorias em território fronteiriço. Munidos de rifles *Winchesters*, os mesmos utilizados por *cowboys* americanos nos clássicos *faroeste*¹⁷, o bando ignora o fisco e atravessa a divisa do Brasil com o Uruguai a bordo de três cargueiros abarrotados de produtos - “sedas, joias e armas, afora alguma miudeza de pouca monta” (AZAMBUJA, 1995, p. 16) - destinados ao comércio ilícito “com diversos negociantes da vila” (p. 16).

A ação ocorre à noite, tendo apenas a natureza como cúmplice. No silêncio da madrugada, “nem os quero-queros haviam encontrado, que os denunciasses com o alarma estrídulo de eternas sentinelas dos campos” (AZAMBUJA, 1995, p. 19), tampouco havia a lua para iluminar-lhes o caminho. Uma forte cerração reduz a visibilidade da tropa e torna a travessia ainda mais arriscada: “De dentro da treva podia a cada momento surgir, de abrupto, a guarda que velava. Desafeita e confundida na noite opaca, a emboscada podia atalhar, estrupindo de chofre numa arrancada, à queima-roupa” (AZAMBUJA, 1995, p. 18).

Diante das dificuldades impostas pelas intempéries que distinguem o clima pampiano das demais regiões brasileiras, os contrabandistas

¹⁶ Este conto faz parte da antologia *Os melhores contos brasileiros de todos os tempos*, organizada pelo escritor gaúcho Flávio Moreira da Costa. Na coletânea, o autor também destaca o conto “Contrabandista”, de Simões Lopes Neto. “Contrabando” também compõe uma compilação de contos organizada pelo escritor e crítico literário Luiz Ruffato, *Mário de Andrade*: seus contos preferidos, composto por 23 textos de 21 autores; dentre os gaúchos destacam-se Simões Lopes Neto, com “Boi velho”, e Roque Callage, com “Quero-queró”.

¹⁷ Na obra *The gaucho; cattle hunter, cavalryman, ideal of romance*, traduzida para o português pela editora carioca Zelia Valverde, sob o título *O gaúcho, caçador de gado, cavaleiro ideal de romance*, a antropóloga estadunidense Madalaine Wallis Nichols, investiga outros índices que aproximam o *cowboy* americano do gaúcho. O estudo é mencionado por Guilhermino Cesar no artigo *O conto gauchesco*, publicado na revista *Letras de Hoje* nº 61, de 1985. Em *O gaúcho*: Aspectos da sua formação no Rio Grande e no Prata, outro crítico rio-grandense, Carlos Reverbel, classifica a obra como a mais completa biografia sobre o gaúcho rio-platense.

deslocavam-se com cautela, à espreita do inimigo, contando apenas com a experiência de Fidêncio Lopes, “velho cruzador clandestino das fronteiras” e com a percepção apurada dos cavalos para avançar com segurança. Com a intenção de proteger a carga, esquivam-se do confronto direto com a guarda aduaneira, melhor equipada e em maior número; no entanto, não rechaçam a possibilidade do combate, algo apresentado como natural para aquele tipo matreiro e acostumado à vida aventureira:

afeitos àqueles perigos e sobressaltos, sempre em risco, na iminência da morte, cristalizara-se-lhes em hábito a existência errante e insegura da fronteira. Ora cautos, resvalando em fugas contornantes, ora afoitos, rebatendo de frente, à bala, o fisco vigilante, carregavam sempre as mercadorias que a tarifa fazia preciosas (AZAMBUJA, 1995, p. 18).

Marcham tranquilos, seguros no terreno acidentado das coxilhas fronteiriças, “mergulhando mato adentro, contornando sangas sumidas e atoleiros” (AZAMBUJA, 1995, p. 17), preocupados com monitoramento da guarda e com os riscos da apreensão da carga valiosa. Cabia a cada integrante do bando a responsabilidade de zelar pelo seu posto, garantindo, prioritariamente, a segurança das mercadorias. Sob as ordens de Fidêncio, o chefe do agrupamento, estavam dispostos da seguinte maneira:

Na frente ia o Fidêncio Lopes, o maioral do negócio. Dirigia do pescante a travessia arriscada, com tino e segurança de velho boleiro de diligência que fora, batendo, anos, a mesma estrada. Logo atrás o Zeca e o Osório, em seguida os cargueiros sem arreta, pelas dúvidas, que acolherados num aperto, atrasariam qualquer manobra. Fechavam a marcha o Bento e o castelhano Negrito, que se lhes agregara, de acaso, — “pa mirar de mas cercano a los guitás”. E como quarteador, para garantir nos repechos, a umas cinquenta braças na frente, ia o Chiru — novinho de aspa fina, como dizia o Fidêncio —, para bombear o caminho (AZAMBUJA, 1995, p. 16).

No trecho acima, nota-se o estabelecimento de uma hierarquia, que distingue os contrabandistas de acordo com as suas posses e experiência. Isso justifica a liderança exercida por Fidêncio, “sorro velho naquelas coxilhas, onde conhecia restinga a restinga, de há tanto cruzar por ali” (AZAMBUJA, 1995, p. 19) no comando da cruzada e a provação imposta ao jovem Chiru, o

bombeiro¹⁸, de cuja missão dependia o sucesso coletivo da empreitada. Competia ao inexperiente contrabandista abrir caminho, de peito aberto, atento à movimentação inimiga: “Não tinha mais do que, ao pressentir a guarda, avisar os companheiros. Se ao perceber o perigo, já não pudesse voltar, preveni-los-ia com um tiro, e depois cuidasse da vida...” (AZAMBUJA, 1995, p. 18).

Chiru era o homem de confiança do chefe dos contrabandistas, ao qual devia lealdade e a força do seu trabalho por tê-lo acolhido, ainda adolescente, após a morte do pai: “Fidêncio estimava-o deveras, passando ao filho a velha gratidão que tivera ao pai, de quando andavam na revolução de 93, curtindo juntos as durezas da campanha, e onde fora por ele salvo, num entrevero” (AZAMBUJA, 1995, p. 20). Por isso, a personagem aceita, “orgulhoso daquele posto de honra que lhe dera o patrão” (AZAMBUJA, 1995, p. 20), a árdua tarefa.

Embora a narrativa azambujiana apresente elementos renovadores para o período e prenuncie novos rumos para a literatura sul-rio-grandense, é notória, neste e em outros contos presentes em *No galpão*, a manutenção dos mesmos preceitos conservadores que marcaram a prosa regionalista produzida no Rio Grande do Sul até meados da década de 1930. O diálogo com a tradição é alicerçado através da escolha de pontos de vista que privilegiam a classe dominante, em especial, a latifundiária, representada no conto pelo contrabandista, mas também estancieiro, Fidêncio Lopes.

Sendo assim, “aquela amizade funda e concentrada, niveladora de peões e patrões, criados nas mesmas lides, onde gradua, não o nascimento ou a fortuna” (AZAMBUJA, 1995, p. 20), passagem já citada por Flavio Loureiro Chaves, em que o narrador quer ilustrar a pretensa igualdade entre Fidêncio e

¹⁸ De acordo com o *Dicionário gaúcho – Termos, expressões, adágios, ditados e outras barbaridades*, de Alberto Juvenal de Oliveira, o verbete “Bombeiro” significa: 1. Espião ou explorador de campo inimigo. 2. Indivíduo que observa os atos de outrem, portanto, não deve ser confundido com o profissional responsável por apagar incêndios e outros sinistros. A personagem também aparece no capítulo IX de *O gaúcho*, de José de Alencar. No texto alencariano, é ilustrada da seguinte maneira: “Assim chamam na campanha as vedetas destacadas que precedem os corpos militares, explorando o campo, e dando aviso da aproximação de qualquer partida suspeita. A etimologia dessa palavra, desconhecida da língua com semelhante significação, nenhum sábio por certo a aventará. No estilo pitoresco do gaúcho, o bombeiro é o peão que surge de repente, para não dizer que estoura como uma bomba, do meio da macega, e desaparece logo”.

Chiru, não passa de um mecanismo ideológico para a manutenção da ordem; uma espécie de pacto apaziguador, que mantém a cooperação entre patrão e empregado, apesar da divisão social:

No galpão reproduz um sistema de ideias que teve seus fundamentos no regionalismo pré-modernista e que expunha um tipo humano como capitalizador da simpatia do texto: o trabalhador do campo, de origem humilde, mas rico em valores e ações nobres, o que o elevava individualmente. Esse processo permitiu à classe dominante elaborar e difundir um pacto social que funcionava acima das cisões econômicas. Nesta medida, o texto engloba o horizonte do regionalismo e caracteriza a ausência de uma ruptura com o passado literário, assinalando o continuísmo da geração modernista no Rio Grande do Sul (ZILBERMAN, 1992, p.78).

Numa comparação com o conto simoniano “Contrabandista”, observa-se outra abordagem em relação ao tema do contrabando. Embora não haja referência temporal no texto escrito por Azambuja, nota-se, ao contrário do conto de Simões, que a prática está consolidada no território rio-grandense. Essa constatação pode ser confirmada através do reconhecimento de alguns índices, como a presença da guarda aduaneira, a criminalização dos contrabandistas e a expansão do comércio clandestino, tornando-se quase uma profissão daqueles que compartilham o espaço fronteiriço; ao contrário de Jango Jorge, que cruza a fronteira para atender a uma necessidade casual, a busca de um enxoval para o casamento da filha, as motivações que levam Fidêncio e seu grupo a subverter a ordem são outras, especialmente, o lucro resultante da atividade.

No geral, o conto de Azambuja propõe uma leitura bastante abrangente sobre o contrabandista. Por destacar uma história coletiva, não se limita a apenas uma definição sobre a personagem; são vistos como bandidos e compõem um pequeno painel da população rio-grandense, constituído pelo caboclo, pelo negro e pelo castelhano, o tipo mestiço apontado pela historiografia. O caráter híbrido do gaúcho, e neste caso, consideremos o contrabandista como uma extensão do homem sul-rio-grandense, é explicado da seguinte maneira por Guilhermino Cesar:

Entregues à pecuária numa zona dilatada, os gaúchos o fizeram num terreno caracterizado pela uniformidade do relevo

e da flora – as coxilhas levemente onduladas, cobertas de pastagens nativas. O meio físico favoreceu o mestiçamento cultural. A posição geográfica, por sua vez, permitiu o acesso de todos os povos vizinhos ao generoso criatório da campanha (CESAR, 1985, p. 98).

Chiru cumpre seu dever moral e retribui “a proteção e a amizade” de Fidêncio a custo da própria vida. Na companhia silenciosa do cavalo, o contrabandista monitora o caminho, ao mesmo tempo, permite-se devanear sobre o futuro ao lado da amada “e ao pensar enchia-se-lhe o peito uma onda doce. Ah! a Lavica...” (AZAMBUJA, 1995, p. 20); o pensamento romântico é interrompida de maneira brusca, com uma ordem: “- Não se mexa e diga quem é” e cede espaço para o início de um breve interrogatório por parte da guarda aduaneira.“- Fale, amigo, se não..”, ameaçavam os guardas, diante do introspectivo Chiru.

Neste momento, instaura-se uma atmosfera de tensão: Chiru deve atirar a esmo e livrar os companheiros do perigo ou entrega-os para a guarda? Sem hesitar muito, ele opta pela primeira opção: “Foi levantando a mão direita devagar, colada ao corpo; encontrou o cinto, apertou a coronha da pistola, o indicador tateou o gatilho” (AZAMBUJA, 1995, p. 21). Em seguida, “torceu o cano para o lado e premeu o dedo. Uma linguazinha de chama relampejou, chamuscando-lhe os pelegos. O guarda, supondo-se alvejado, atirou também” (AZAMBUJA, 1995, p. 21), destaca o relato, quase cinematográfico, do narrador azambujiano, lembrando um clássico duelo de banguê-banguê.

Com o alarme, Fidêncio e os demais contrabandistas partem em retirada, ilesos e com a carga completamente salva. Em outro ponto da coxilha, os primeiros raios de luz iluminam o corpo inerte de Chiru, que se torna o herói trágico da narrativa de Azambuja, com um desfecho que se afigura redentor; talvez, essa fosse a única maneira de tornar-se um homem livre diante de um velado sistema de classes presente na literatura regionalista.

3 “OS DE HOJE”

Neste capítulo, intitulado *Os de hoje*, destacaremos a vida e a obra, a fortuna crítica e os contos “Travessia” e “O Nossa Senhora Aparecida”, dos autores sul-rio-grandenses Sergio Faraco e Aldyr Garcia Schlee. O título deve-se ao viés mais contemporâneo dado à interpretação do contrabando e da personagem contrabandista pelos respectivos escritores.

3.1 “Travessia”, de Sergio Faraco

Um regionalista diferente, assim a pesquisadora e especialista nos estudos da fronteira, Léa Masina, definiu a obra de Sergio Conceição Faraco em um dos seus ensaios sobre a produção literária do autor. O epíteto não chega a ser um exagero, sobretudo, pela importância que o escritor desempenhou na renovação do regionalismo e no amadurecimento da literatura sul-rio-grandense.

Faraco nasceu em 25 de julho de 1940, no Alegrete, local onde teve o primeiro contato com as letras, no Instituto de Educação Oswaldo Aranha. Ainda menino, mudou-se para Porto Alegre e, a pedido do pai, é matriculado no Colégio Rosário, em regime de internato. Na cidade natal, quatro anos depois, conclui o curso ginasial e, aos dezoito anos, presta serviço militar obrigatório na 12ª Companhia de Comunicações Mecanizada do Alegrete. Novamente em Porto Alegre, retoma os estudos no Colégio Júlio de Castilhos e, em seguida, ingressa no serviço público federal, mais especificamente na Justiça do Trabalho.

No início dos anos 1960, o autor é transferido para Blumenau-SC, ocasião em que assume a junta de Conciliação e Julgamento, na condição de secretário. Pouco depois, no furor da ditadura militar, filia-se ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) por influência do amigo Francisco José Pereira, advogado e diretor do jornal *Folha Catarinense*.

O envolvimento com a política facilita o acesso a um dos programas do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) para estrangeiros e Faraco inicia “uma aventura enriquecedora, amarga e perigosa¹⁹” no leste europeu, onde

¹⁹ Conforme consta na nota introdutória de *Lágrimas na chuva*, mais especificamente, na orelha e na contracapa da primeira edição do livro.

frequenta o Instituto Internacional de Ciências Sociais de Moscou. Este foi um dos momentos mais difíceis da sua trajetória pessoal, marcado por privações, resistência e até uma internação forçada em uma clínica de “reeducação”, sob a acusação de supostos atos de indisciplina contra o regime.

A passagem traumática pela URSS é detalhada somente em 2002, com a publicação da primeira edição de *Lágrimas na chuva*, livro de memórias em que o escritor faz um relato catártico da experiência comunista:

Dos anos setenta aos noventa não pude voltar àquele passado, era época da minha ficção, mas ele continuava a palpitar, fazendo-se lembrar a cada instante como um outro corpo dentro do meu corpo. Tinha eu o direito de matá-lo? Ou de permitir que morresse com a minha morte? (FARACO, 2002, p. 10).

No retorno ao Brasil, no auge dos anos de chumbo, Faraco é conduzido à prisão pela Interpol para prestar esclarecimentos sobre a sua estada em solo comunista. Em liberdade, retoma a função pública, atuando nos municípios gaúchos de Porto Alegre, Uruguaiana e Novo Hamburgo, além do catarinense Tubarão. Nesse período, colabora com o jornal *Gazeta do Alegrete* e tem os seus primeiros contos publicados no suplemento literário “Caderno de Sábado”, do *Correio do Povo*.

Os anos 1970 registram a sua inserção no sistema literário sul-riograndense, especialmente, após a publicação de três obras: *Idolatria* (1970), *Depois da primeira morte* (1974) e *Hombre* (1978), todos livros de contos. Esse período marca, ainda, a incursão do autor por outros gêneros literários:

Escritor polissistêmico por essência, Faraco ocupa-se com o trânsito dentre diferentes sistemas culturais, literários ou não, produzindo uma obra diversificada que inclui contos e crônicas literárias, estudos e pesquisa histórica, jornalismo cultural, publicação de um dicionário, correspondência epistolar com escritores e intelectuais contemporâneos, além da prática constante da tradução (MASINA, 1994, p. 71).

Bacharelou-se em Direito, em 1980, exigência da função pública desempenhada até a aposentadoria junto ao Poder Judiciário. Nessa década, publica a biografia *Tiradentes: alguma verdade (ainda que tardia)* e estreita os laços com o Prata e com a língua espanhola ao traduzir o clássico *Cavalos do*

amanhecer, do uruguaio Mario Arregui, em 1982. Anos depois, traduz *A cidade silenciosa*, do mesmo autor, *Luna caliente*, *O céu em minhas mãos* e *A revolução de bicicleta*, do argentino Mempo Giardinelli, e *O poeta sem rio*, do venezuelano Eugenio Montejo, tornando-se referência na área da tradução do espanhol.

Seu quarto livro de contos, *Manilha de espadas*, é publicado em 1984, no Rio de Janeiro. Nos anos 1980, publica ainda *Noite de matar um homem* (1986), *Doce paraíso* (1987) e *A dama do bar Nevada* (1987), considerado o melhor volume de contos lançados no Brasil pela União Brasileira de Escritores, conquistando o Prêmio Galeão Coutinho. No ano de 1988, publica o primeiro livro no exterior, *Noche de matar un hombre*, pela editora Monte Sexto, no Uruguai. Na banda oriental, pela mesma editora, em 1990, autoriza a publicação da correspondência que trocou com o contista uruguaio Mario Arregui entre os anos de 1981 e 1985, um tratado de amizade, que ultrapassou fronteiras linguísticas e geográficas.

Estreia, no mesmo ano, na crônica e no ensaio, respectivamente com as obras *O chafariz dos turcos* e *O processo dos inconfidentes: verdade ou versão*. *Majestic hotel*, seu sétimo livro de contos é lançado em 1991, ano em que retoma uma série de traduções de renomados escritores latino-americanos, atuando, conforme aponta Masina, como um sistematizador cultural.

Em 1993, Faraco publica o segundo livro de crônicas *Lua com sede*, considerada a melhor obra desta categoria pela Câmara Rio-Grandense do Livro, pelo Clube dos Editores do Rio Grande do Sul e pela Associação Gaúcha de Escritores, recebendo, ainda, o Prêmio Henrique Bertaso. Dois anos depois, a seleção de crônicas de escritores sul-rio-grandenses organizadas pelo autor em *A cidade de perfil* é distinguida com o Prêmio Açorianos de Literatura na respectiva categoria. Faraco recebe o prêmio pela terceira vez, segundo consecutivo, no ano posterior, em 1996, na categoria Contos, com a coletânea *Contos completos*, que viria a ser reeditada e ampliada em mais duas oportunidades, nos anos de 2004 e 2011.

O apreço pela crônica motivaria o autor a escrever outros quatro livros do gênero: *Gregos e gringos* (1998), *Viva o Alegrete! Histórias da Fronteira* (2001), onde revive temas do cotidiano da sua cidade natal, *Histórias dentro da*

história (2005) e *O pão e a esfinge* (2008), uma compilação de textos publicados originalmente pelo jornal gaúcho *Zero Hora*. Nesse ínterim, escreve *O crepúsculo da arrogância*, um levantamento histórico sobre as motivações que resultaram em uma das maiores tragédias do século XX, o naufrágio do navio britânico Titanic.

Paralelamente à produção literária²⁰, Faraco dedica-se à organização de coletâneas da obra poética de autores como Luís Vaz de Camões, Florbela Espanca, Gonçalves Dias, Mário de Andrade e Olavo de Bilac, reunidos por ele no *Livro dos sonetos*. Edita *Todos os sonetos*, de Augusto dos Anjos, *Amor ao Brasil*, de Visconde de Taunay, e *Marília de Dirceu*, de Tomás Antônio Gonzaga, bem como o *Livro dos desaforos* e o *Livro do corpo*, compilação de diversos autores de língua portuguesa.

Reconhecida como a melhor obra de ficção no Brasil em 1998 e premiada pela Academia Brasileira de Letras no ano seguinte, *Dançar tango em Porto Alegre* retoma a vertente contística do autor alegretense, encerrada, por ora, com *Rondas de escárnio e loucura* (2000), obra vencedora do Prêmio Açorianos de Literatura, na categoria Conto.

Consolidado no sistema literário sul-rio-grandense e traduzido para países de diferentes línguas, tais como Alemanha, Argentina, Bulgária, Chile, Colômbia, Cuba, Estados Unidos, Itália, Luxemburgo, Paraguai, Portugal, Uruguai e Venezuela, Faraco foi agraciado com dezenas de novas homenagens e honrarias. Em 1999, fora eleito um dos cinco nomes da literatura rio-grandense de todos os tempos, ao lado de Erico Verissimo, Simões Lopes Neto, Dyonélio Machado e Mário Quintana, pela *Revista Aplauso*, edição de número 11, de Porto Alegre. Dentre as mais relevantes, destaca-se o Prêmio Erico Verissimo, outorgado pela Câmara Municipal de Porto Alegre, pelo conjunto da obra:

Quer pela adesão temática à Campanha, às cidades provincianas ou mesmo à capital, para onde confluem as personagens, quer pela proximidade à literatura platina, a obra de Sergio Faraco torna-o um escritor ímpar no cenário da literatura brasileira contemporânea. A preocupação com o

²⁰ Escritor transversal, Faraco colabora ainda com algumas obras fora do eixo literário. São elas: *O automóvel: prazer em conhecê-lo* (2001), manual escrito em parceria com o ex-piloto de competição Hugo Almeida, e *Snooker: tudo sobre sinuca* (2005), no mesmo estilo, juntamente com o amigo e parceiro de mesa Paulo Dirceu Dias.

acabamento do texto, a escolha das palavras, o domínio de uma poética do conto, particularizada e própria, espécie de “parole” saussureana, de “idioleto”, respondem pela qualidade estética (MASINA, 1994, p. 75).

O autor fez parte de um seleto grupo de escritores do Rio Grande do Sul que contribuiu para a transição do conto tradicional, de vertente regionalista, para o conto moderno e, conseqüentemente, para a ampliação do mercado editorial local. Ao propor uma nova leitura dos elementos constituidores do regionalismo gaúcho, destaca Masina, Faraco contribui para a reinvenção da literatura sul-rio-grandense.

Na “forma literária mais praticada nas letras gaúchas” (BITTENCOURT, 1999, p. 19) antes dos anos 2000, o conto, Faraco alcançou notório reconhecimento com uma obra ampla, heterogênea, reeditada e traduzida para diversos idiomas. Em *O conto sul-rio-grandense: tradição e modernidade*, Gilda Bittencourt classifica o texto faraquiano em duas vertentes temáticas: a regionalista e a memorialista ou da reminiscência infantil. Na primeira, destaca Bittencourt, afloram a subjetividade e os afetos do autor, nascido e criado na fronteira oeste do Rio Grande do Sul. Sobre este detalhe, complementa Lea Masina:

Observe-se pois que, muito embora Faraco tenha tido contato com a cultura soviética, armênia, europeia, cuja literatura conhece, será pela vertente da proximidade afetiva – portanto, platina e fronteira – que irá conceber parte importante de sua obra ficcional: os contos de vertente regionalista (MASINA, 1994, p. 72).

“Travessia”, texto escolhido para esta análise, insere-se nas duas perspectivas propostas por Bittencourt e, se comparado com os contos discutidos anteriormente, inova em alguns aspectos, como a narração em primeira pessoa e a escolha do ponto de vista.

Publicado originalmente em *Depois da primeira morte* (1974), segundo livro de contos do autor, a narrativa evoca a experiência e a percepção de uma criança sobre uma travessia de contrabando na divisa da Argentina com o Brasil: “os fatos são mostrados de forma limitada e parcial, mas nas lacunas e frestas desse relato singelo, aparece o drama do adulto que vê ruir as expectativas de realizar com êxito a travessia do contrabando” (BITTENCOURT, 1999, p. 119-120).

Na companhia do tio contrabandista, à espreita da guarda, um menino vivencia os perigos e as responsabilidades da empreitada, aprendendo, na prática, o velho ofício fronteiriço. A iniciação ao mundo adulto ocorre pouco antes da partida, quando é convidado pelo tio a provar o vinho preparado pelos comparsas, André Vicente e Dona Zaira, “gostosura tamanha que até a mim me deram de beber quarto de caneca” (FARACO, 2004, p. 33). O casal desempenha papel relevante no transporte das mercadorias e atua como cúmplice de Tio Joca.

A escolha do turno e das condições climáticas para a realização da travessia reafirmam a experiência de Tio Joca, característica inerente aos contrabandistas dos demais contos analisados. Assim como Jango Jorge, Fidêncio Lopes e Amancio Silva, a personagem faraquiana escolhe a madrugada para colocar o seu plano em prática. “Foi de propósito que Tio Joca escolheu aquele dia”, diz o menino, que também anuncia a possibilidade de um temporal: “sentia-se no ar aquele inchume, prenúncio de que um toró ia desabar a qualquer hora” (FARACO, 2004, p. 33), complementa. Com o início da chuva, cria-se a atmosfera perfeita para o início da aventura:

Perto da meia-noite, uma brisa começou a soprar, em seguida virou vento e o vento ventania. De repente parou, como param os cavalos, com os músculos tensos, na linha do partidor. Veio então o primeiro relâmpago, tão forte que parecia ter rachado o rancho ao meio. A ventania recomeçou e logo o primeiro galope do aguaceiro repicou o zinco do telhado. (FARACO, 2004, p. 34)

Conhecedor dos caminhos da fronteira, Joca subverte as dificuldades impostas pelas intempéries e faz da noite e da chuva importantes aliadas para a transgressão. Em alguns momentos, evoca a estreita relação com a natureza compartilhada pelo homem pampiano e ilustrada por Jango Jorge no conto “Contrabandista”, como nesta passagem relatada pelo sobrinho: “Eu nada ouvia. Ouvia sim aquele som difuso e melancólico que vinha das barrancas do rio depois da chuva, canto de grilos, coaxar de rãs e rumor do rio nas paredes de seu leito. Mas o tio estava à espreita, dir-se-ia que, além de ouvir, até cheirava” (FARACO, 2004, p. 36).

Na pequena embarcação de fundo chato, tio e sobrinho traziam “três ventiladores, uma dúzia de rádios, garrafas, cigarros, vidros de perfume e

dezenas de *cashmeres*” (FARACO, 2004, p. 35), camuflados em um cesto de peixe.

Chama a atenção, sobretudo, na comparação com as narrativas anteriores, o aparecimento de outros tipos de mercadorias entre os artigos contrabandeados, o que denota a gênese do contrabando moderno. Coincidência ou não, os itens destacados no conto de Faraco - ventiladores, rádios, bebidas, cigarros, perfumes e tecidos - estão entre as dez mercadorias mais contrabandeadas do Brasil²¹, juntamente com material de informática, vestuário, relógios, brinquedos, óculos e medicamentos: “As encomendas eram tantas que fiquei receoso que a chalana não flutuasse” (FARACO, 2004, p. 33), complementa o menino, antes da partida.

Manter a estabilidade do barco é questão de honra para Tio Joca, que encara com bravura o vento, a chuva e a cheia do rio Uruguai, sem que haja a perda de nenhum pacote de encomenda: “a chalana ia e vinha sacudida pelas espumantes marolas. Com as chuvas da outra semana o Uruguai tinha pulado fora de seu leito, e além da forte correnteza havia redemoinhos pelo meio do rio, daqueles que podem engolir uma chalana com seu remador” (FARACO, 2004, p. 34). O rio é o único elemento destacado pelo autor no vasto espaço fronteiriço e indica, segundo Masina, a tentativa de ruptura com o modelo tradicional da narrativa regionalista:

O elemento paisagem, por exemplo, tão abundante e caracterizador da literatura regionalista, a ponto de determinar, por muitas vezes, a atrofia do homem, surge nos contos de Faraco em descrições muito breves e dosadas. Elas são suficientes apenas para compor o cenário onde as personagens atuam, compondo com estas uma relação de afinidade. (MASINA, 1994, p. 31)

Ao sobrinho, cabia uma tarefa menos árdua, porém, tão importante quanto o remo: cuidar a movimentação da guarda. Apenas um dos muitos encargos atrelados ao ofício compartilhados com o tio ao longo da viagem: “logo depois da partida de Alvear, Tio Joca mostrou uma pequenina luz

²¹ O estudo foi apresentado em 2015 pelo Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras (IDESF), organização sem fins lucrativos que, por meio de pesquisas, ações e projetos, atua na integração e no fortalecimento das relações políticas, sociais e econômicas das regiões de fronteira, através de parcerias públicas e privadas.

vermelha que piscava no outro lado, na margem brasileira. – Me avisa se ela se mexer. Era o lanchão dos fuzileiros, que o tio chamava ‘bote dos maricas’, por causa do boné com rabinho de corporação” (FARACO, 2004, p. 34).

O término da chuva, que até então atuava a favor da dupla de contrabandistas, sinaliza uma reviravolta, nos moldes aristotélicos, na história construída por Faraco. “A chuva foi arrefecendo e parou quando já alcançávamos o meio do rio” (FARACO, 2004, p. 35), relata o narrador, preocupado. A luta pela sobrevivência, talvez a principal lição assimilada pelo menino, motiva-o a seguir em frente, contrariando o silêncio e a apreensão do tio: “Ele continuava preocupado e não era por nada. Estávamos precisados de que tudo desse certo. Fim de ano, véspera de Natal, uma boa travessia, naquela altura, ia garantir o sustento até janeiro” (FARACO, 2004, p. 35). Diferentemente do observado em Simões, Callage e Azambuja, no conto de Faraco o contrabando ocorre em função de uma necessidade²² básica e comum a qualquer ser humano, o direito à alimentação.

O aviso da natureza, seguido do alerta temeroso do menino de que a luz havia apagado, confirma o que “estava escrito: aquela travessia se complicava” (FARACO, 2004, p. 35). Um outro aspecto a ser notado é a desmitificação do herói, salientado pelo medo, pela angústia e demais reações inerentemente humanas compartilhadas pelo narrador e pelo tio.

Embora rígida, a abordagem da guarda ocorre sem violência e possibilita, inclusive, o direito do contraditório ao tio: “Que é que temos por aí? – insistiu o tenente. – Peixe, só uns cascudos para o caldo do guri que vem com fome. O tenente se debruçou na grade. Peixe? Com o rio desse jeito? (FARACO, 2004, p. 36). Em vez de intimidá-lo, a pergunta aguça ainda mais a sagacidade do experiente contrabandista: “– O doutor tenente entende de chibo e de chibeiros, de peixe entendo eu – disse Tio Joca, mostrando a peixalhada no cesto” (FARACO, 2004, p. 36). O argumento não convence inteiramente a autoridade aduaneira, no entanto, tio e sobrinho são isentos de penalidades mais graves ao jogarem as mercadorias contrabandeadas no rio.

²² O termo também é evocado por Blau, no conto “Contrabandista”, no entanto, com uma conotação diferente: o fim do monopólio e do controle de mercado instituído pela Coroa.

Ao contrário das representações de contrabandistas encontradas nas narrativas anteriores, forjadas nos moldes do gaúcho heroicizado pelo regionalismo sul-rio-grandense, Tio Joca utiliza-se da palavra e, sobretudo, da astúcia para preservar a sua vida e a do sobrinho. Dessa forma, rompe a lógica da bravura, da violência e da morte, presente nos outros textos, sem perder o moral e a admiração do menino: “Tio Joca era um forte” (FARACO, 2004, p. 37), conclui a criança.

Esse “ritual de perdas, descobertas, sustos e passagens” (MASINA, 1994, p. 68), experimentado pelo menino e que alude à passagem da infância para a adolescência, é encerrado com o seguinte questionamento, por parte de um dos guardas: “Tão chico e já praticando, hein? Essa é a vida. – Essa é a vida, repetiu Tio Joca” (FARACO, 2004, p. 37). Sobre a indagação e, sobretudo, a resposta arquitetada pelo contrabandista, reflete Bittencourt:

é na infância que se forjam o caráter e a personalidade que a vida futura só se encarrega de desenvolver e solidificar; mas ali também se dão as grandes descobertas que revelam os mistérios da natureza humana e, pouco a pouco, transformam o mundo edênico da criança (BITTENCOURT, 1999, p. 117)

Para a pesquisadora, portanto:

os contos de infância de Sergio Faraco assinalam momentos de iniciação que introduzem as crianças em uma nova etapa da vida, mas por intermédio dessas experiências, às vezes traumáticas, em que são colocadas frente a frente com realidades anteriormente não-presentidas, sobressai uma preocupação em aprofundar o conhecimento da natureza complexa do homem, em seus mistérios, angústias e esperanças (BITTENCOURT, 1999, p. 120).

O trem, o rio, a ponte, alegorias sobre a passagem do tempo e o intercâmbio de culturas, são elementos recorrentes no texto faraquiano e compõem o cenário de personagens que vivem a plenitude da sua condição humana em “ritos de iniciação e travessia” (MASINA, 1994, p. 32), como no conto analisado. Conforme aponta a pesquisadora, narrativas ambientadas na infância ou envolvendo personagens infantis ocupam um lugar importante na contística de Faraco.

Os contos “Verdes canas de agosto”, “Uma casa ao pé do rio” e “Diário e calvário de uma loba aprisionada” são alguns exemplos e destacam a transição para o mundo adulto através da iniciação sexual. “Idolatria”, que expõe a relação entre pai e filho pelo viés de uma criança, também compõe esse quadro ressaltado pela autora.

O contrabando é outra constante na obra de Faraco e pode manifestar-se direta ou indiretamente no seu texto. No conto “Noite de matar um homem”, dois contrabandistas, ainda inexperientes no ofício, cruzam a fronteira com a missão de eliminar Nassico Feijó, que, como aponta o narrador é “dado ao chibo como nós” (FARACO, 2004, p. 39), mas indiferente ao código de ética da profissão. A prática clandestina acentua a disputa pelo território: “Com o tempo, campos e matos da fronteira, por assim dizer, foram mermando, e já não era fácil repartir trabalho” (FARACO, 2004, p. 39), tornando o conflito e a morte consequências inevitáveis.

A evolução deste tipo de comércio na fronteira sul-rio-grandense aparece em “O voo da garça-pequena”, que registra o contrabando de farinha, gênero alimentício, e de rádio, eletrônico, na mesma narrativa. Embora o tema central do conto “Manilha de espadas” não seja o contrabando, o perfil do forasteiro ilustrado na narrativa alude à representação de um contrabandista, conforme sugere o questionamento de uma das personagens:

-Se mal pergunto – indagou o cabo -, o ilustre trabalha em quê? - Por conta. –Ah, sim... e é a primeira vez que vem ao povo, acertei? – No miolo. – Eh, cabo, investigando meu hóspede? – mofou Pepeu Gonzaga. – Nem pense nisso, Seu Pepeu. O comissário pôs a mão no ombro do forasteiro. – A gente conhece quem cruza por aqui, é aquela arraia miúda que vai a Uruguaiana para chibar na ponte internacional. (FARACO, 2004, p. 28).

O mesmo observa-se no conto “Guapear com frangos”, quando o narrador descreve algumas atividades desempenhadas pela personagem Guido Sarasua:

Na sua lida diária, de tropeadas secretas que varavam alambrados, de furtivas travessias do grande rio que corria em cima da fronteira, na sua lida de partilhas, miséria, punhaladas e panos ensanguentados, via a morte e a corrupção do corpo como outro mal qualquer, como os estancieiros, a polícia, fuzileiros e fiscais de mato, não podia aceitar que numa viagem

de paz viesse a ter enjoos de chininha prena (FARACO, 2004, p. 46).

E na suspeita do velho que acude o narrador de “Sesmarias do urutau mugidor”, após furar o pneu do carro em um dia de temporal:

Experimentou o mate e o primeiro sorvo deitou fora, com uma sonora cuspidada ao chão. – E depois tá carregadito, não? Chibando pra Corrientes? – São coisas pessoais, minha roupa, meus livros – respondi. – Estou de muda para Uruguiana. Assentiu, respeitoso (FARACO, 2004, p. 73).

Em “Hombré” e “O bugio amarelo” o contrabando faz parte do cotidiano das personagens. No primeiro conto, o tema surge na reflexão nostálgica do narrador em uma madrugada fria e de caça, na véspera do aniversário do filho:

- Isto aqui, era um lugar bom. Carne trabalhosa, mas chegava, pele de nutria pra negócio e mais a pena do avestruz, de vez em quando uma chibada de perfume, cigarro americano... lembra? A gente se defendia e a vida era decente. Aí eles começaram a se adonar de tudo, até dos bichos do mato, e mandaram a lei e esses bandidos (FARACO, 2004, p. 86).

No segundo, torna-se o recurso necessário para a aquisição de balas incendiárias (munição proibida no Brasil, mas liberada na Argentina), com o intuito de afastar animais silvestres que atacam e destroem as lavouras:

Amâncio fora a Monte Caseros comprar duzentas caixas de balas incendiárias, com venda certa para lavoureiros da região, por causa das caturras. Tipo de coisa que ninguém mais queria fazer, com medo da lei. Os tempos eram duros, os grandes lances iam rareando e a gente precisava se contentar com migalhas (FARACO, 2004, p. 65).

Conforme aponta Masina, o contrabando “registra trocas, aproveitamento de ideias, de tipos, do imaginário de um país para outro, de uma língua para outra, de uma literatura para outra, como a ficção de Faraco amplamente comprova” (MASINA, 1994, p. 75). Esse intercâmbio de culturas, afirma a pesquisadora, diferencia a literatura produzida no Cone Sul, especialmente, no Brasil, na Argentina e no Uruguai, e reafirmam os conceitos de comarca e transculturação narrativa, elaborados pelo intelectual latino-americano Ángel Rama.

3.2 “O Nossa Senhora Aparecida”, de Aldyr Garcia Schlee

Ressignificar a vida, o ser humano e o espaço são apenas algumas das inúmeras possibilidades proporcionadas pela ficção. Nas mãos criativas de escritores a ideia adquire forma, personagens ganham vida e um mundo ideal é passível de ser construído. Uma linha divisória, que geograficamente separa duas nações, passa a uni-las e gaúchos e *gauchos*, brasileiros e uruguaios, formam uma terra só.

Assim concebe a fronteira o escritor Aldyr Garcia Schlee, nem brasileiro, nem uruguaio, mas um pouco dos dois. Nascido em Jaguarão, pouco menos de cinco quilômetros da cidade uruguaia de Ríó Branco, em 22 de novembro de 1934, o autor subverte os tratados e os limites políticos estabelecidos pela Ponte Internacional Barão de Mauá, consolidando-a como uma zona de união e de confluência de culturas na sua obra literária.

A vida profissional de Schlee inicia nos anos 1950 com outra grande paixão: o desenho. Ainda adolescente, colabora como ilustrador e chargista nos jornais pelotenses *Diário Popular*, *Jornal da Tarde* e *A Opinião Pública*, onde realiza, dentre outros trabalhos, a reprodução dos gols da rodada nas edições dominicais. “Eu era desenhista de futebol, uma coisa que hoje não existe mais, porque a televisão já liquidou com a necessidade dessa figura, que era o cara que ilustrava os gols das partidas”, confessa em entrevista²³ à professora Marli Hatje.

O talento, a criatividade e, sobretudo, o apreço pelo esporte torna-o mundialmente conhecido ao vencer um concurso organizado pela Confederação Brasileira de Desportos (CBD), em parceria com o jornal *Correio da Manhã*, em 1953. Com apenas 18 anos, Schlee supera mais de 200 ilustradores e conquista o título de idealizador do modelo e das novas cores da camiseta da seleção brasileira de futebol, que perduram até os dias atuais.

Além da premiação em dinheiro, o jovem jaguareense recebe uma oportunidade de estágio no jornal carioca. A experiência na redação e o convívio com jornalistas, artistas gráficos e intelectuais no Rio de Janeiro, como Andrés Guevara, Antonio Callado, Nelson Rodrigues, Millôr Fernandes e

²³ Publicada na Revista Interamericana de Comunicação Midiática, *Do talento de Aldyr Schlee nasceram o fardamento canarinho da seleção brasileira de futebol e muitos gols nas páginas esportivas do RS* está disponível em <https://periodicos.ufsm.br/animus/article/view/20883>.

Samuel Wainer, aguçam seu interesse pelo jornalismo, dedicando-se à profissão por mais de uma década, de 1950 até 1965, como diagramador, repórter e redator de diversos jornais gaúchos. Recebe, em 1962, uma das maiores honrarias da imprensa nacional daquele período, o *Prêmio Esso de Jornalismo* – Categoria Regional – por uma série de reportagens sobre a descoberta de xisto betuminoso no interior do Rio Grande do Sul, publicadas no *Diário Popular*.

Assim como Darcy Azambuja, Schlee possui formação acadêmica na área jurídica, tendo dedicado boa parte da sua carreira profissional aos estudos do direito. Graduou-se, em 1959, em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), conquistando alguns anos depois, em 1977, o título de doutor em Ciências Humanas pela mesma instituição. Atuou como professor em três instituições de ensino superior gaúchas, na Universidade Federal de Pelotas (UFPel), na Universidade Católica de Pelotas (UCPel) e na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Na primeira, foi ainda Pró-Reitor de Extensão e Cultura.

A inserção no sistema literário sul-rio-grandense ocorre somente nos anos 1980, após uma atuação consolidada em outras áreas do conhecimento. O terceiro lugar no *I Prêmio Bial Nestlé de Literatura Brasileira* garante a publicação da obra de estreia do autor, *Contos de sempre* (1983), apresentando-o ao mercado editorial sulino. Na segunda edição do prêmio, conquista o primeiro lugar com outro livro de contos *Uma terra só* (1984) e, algum tempo depois, publica *Linha divisória* (1988).

Esse conjunto de narrativas curtas resumem a visão de mundo do autor jaguarense destacando o espaço, o intercâmbio de culturas e os tipos sociais presentes na fronteira. “Os meus personagens são os rejeitados da sorte”, argumentou Schlee em uma entrevista ao jornal *Zero Hora*²⁴. Como são os contrabandistas, que subvertem limites físicos e imposições legais não mais em busca de dinheiro ou para fazer fortuna, mas para garantir o sustento das suas famílias.

²⁴ O texto faz parte de uma série de reportagens sobre a literatura sul-rio-grandense e está disponível, na íntegra, no link <https://goo.gl/CQ7vjY>.

Em *El día en que el Papa fue a Melo* (1991), quarto livro de contos do autor, Schlee desperta a expectativa e o imaginário dos moradores da cidade fronteiriça em torno da visita do Pontífice. Publicado originalmente em espanhol, pela editora uruguaia Banda Oriental, a obra registra um mosaico de personagens periféricos, como o suposto contrabandista do “Conto IV”, Fidencio Oberón, e a luta pela subsistência no cotidiano miserável da fronteira.

A paixão pelo futebol, outrora ilustrada em desenho, recebe acabamento literário com a publicação de *Cuentos de fútbol*²⁵ (1995), também pela editora uruguaia Banda Oriental. Considerado um terreno fértil para a manifestação dos sentimentos humanos e, por conseguinte, para a ficção, o referido esporte cativou os contistas Schlee e Faraco, conforme observa Luís Augusto Fischer “os dois, além de manterem uma produção quase apenas no reino do conto e serem tradutores de espanhol, frequentam o tema que é raro na ficção brasileira, sendo, no entanto, uma superpresença na vida real: o futebol” (FISCHER, 2004, p. 122).

Na mesma obra, no entanto, Fischer equivocava-se ao afirmar que Schlee publicou mais em espanhol (no Uruguai) do que em português. Embora o próprio autor reconheça que seja mais conhecido no país oriental e que seu mundo literário tenha pouco ou quase nada a ver com a imensidão do Brasil²⁶, a maioria da sua produção ficcional foi publicada por editoras nacionais, em língua portuguesa.

A proximidade (geográfica e afetiva) com o Prata, bem como o contato cotidiano com a língua espanhola auxiliam o autor nas traduções de dois clássicos da literatura latino-americana: *Facundo: civilização e barbárie no pampa argentino*²⁷, de Domingos Faustino Sarmiento (1996) e *Dom Segundo Sombra* (2012), de Ricardo Güiraldes, além de uma antologia de textos de Eduardo Acevedo Díaz, *Pátria uruguaia* (1997), e uma coletânea composta por 22 contistas uruguaios, *Para sempre Uruguai* (1991), em parceria com Sergio Faraco.

²⁵ Relançado em português em 1997 pela editora Mercado Aberto.

²⁶ Manifestação concedida ao repórter Carlos André Moreira, publicada no jornal *Zero Hora*.

²⁷ Prêmio Açorianos na categoria Tradução, no ano de 1997.

Em parceria com o Instituto Estadual do Livro (IEL), traduziu do português para o espanhol autores como João Simões Lopes Neto²⁸ (*La Salamanca del jarau*) e Cyro Martins (*Campo afuera*), contribuindo para a circulação da literatura sul-rio-grandense em países de língua hispânica. Do primeiro, também é responsável por uma edição crítica de *Contos gauchescos* e *Lendas do Sul* (2006) e pela publicação de um *box* comemorativo em homenagem ao centenário do referido livro, em 2012, contendo as obras *Vocabulário de João Simões Lopes Neto*, *Lembranças de João Simões Lopes Neto* e *Os contos & lendas de João Simões Lopes Neto*, todas editadas pelo selo Fructos do Paiz, do próprio autor.

Nos anos 2000, Schlee publica, até então, o único romance da sua carreira, *Don Frutos* (2012) no qual retrata, em 512 páginas, os últimos dias de vida do primeiro presidente constitucional da República Oriental do Uruguai, José Fructuoso Rivera, na cidade fronteiriça de Jaguarão, e que ganhou uma segunda edição revisada em 2016. Nesse período, lança mais cinco livros de contos *Contos de verdades* (2000), *Os limites do impossível – contos gardelianos* (2009), *Contos da vida difícil* (2013), *Memórias de o que já não será* (2014) e *Fitas de cinema* (2015), mais a antologia *Os 20 melhores contos de Aldyr Garcia Schlee* (2015), destacando-se entre os escritores sul-rio-grandenses da época “por se revelar partidário da perspectiva sem fronteiras” (ZILBERMAN, 1992, p. 120).

Agraciado em cinco oportunidades com o Prêmio Açorianos, uma vez com o Prêmio Fato Literário (2010) e, mais recentemente com a Ordem do Mérito Cultural do Brasil (2015), outorgada pelo Ministério da Cultura, Schlee consolida-se como um dos principais autores do Rio Grande do Sul na contemporaneidade, estabelecendo, no conjunto da sua obra ficcional, o “confronto entre o passado heroico e um presente desprovido de magia” (CHAVES, 1999, p. 78).

Esta dicotomia pode ser observada no conto que analisaremos a seguir, “O Nossa Senhora Aparecida”, publicado no livro de estreia do autor, *Contos de sempre*. A narrativa inicia com um diálogo breve e à primeira vista enigmático, o único de toda a história “- Como é mesmo seu nome? –

²⁸ Recebeu a moeda “Trezentas Onças” do Instituto João Simões Lopes Neto, em 2009, pelas suas contribuições à divulgação do nome e da obra de Simões Lopes Neto.

Florentino, sim senhor, criado às ordens!...” (SCHLEE, 1983, p. 107) cessado abruptamente pela descrição física e do cotidiano da respectiva personagem pelo narrador:

Todos os músculos desenhados em relevo no corpo escuro, pele queimada de solações ou mulato de cabelo liso – pêlo duro, pelo menos – talvez indiático, aquele Florentino, sim senhor, homem de trazer areia lá das pontas do rio, rio acima, rio abaixo, num carregar e descarregar de tanto sacrifício que só se vendo, para dar valor aos tantos e tantos metros cúbicos vendidos por tão pouco, ali mesmo, na beira do cais (SCHLEE, 1983, p. 107).

Na perspectiva do narrador, Florentino leva uma vida simples e laboriosa, forjada no trabalho e na fé, estampada na casa com os tijolos à mostra e corroída pelo salitre e no barco Nossa Senhora Aparecida, “escrito nos esses virados, com tinta preta sobre o zarcão; barquinho de se botar vela, como os dos pescadores, mas principalmente de descer o rio para ir buscar areia nas pontas, lá perto da lagoa, empurrado a taquara” (SCHLEE, 1983, p. 108). A fé e a religião, aliás, são temas bastante recorrentes na obra de Schlee. São muitos os exemplos em *Contos de sempre* de passagens e alusões bíblicas na construção das histórias, como nos contos “Verdina”, “Como uma parábola” e “Segredo segredo”.

Ambientado no limite do Brasil com o Uruguai, entre as cidades de Jaguarão e Río Branco, “O Nossa Senhora Aparecida” apresenta outra perspectiva sobre a fronteira - concebendo-a não apenas como espaço de disputa, mas também de convergência entre brasileiros e uruguayos, que compartilham o mesmo rio, a mesma ponte e a mesma condição social paupérrima. O conto é breve, sem divisões e, assim como nos textos de Simões e Callage, promove uma suspensão na ação narrativa, destacando o dia a dia, o deslocamento e os carregamentos de areia, do lado de lá para o lado de cá, da personagem:

No entardecer, só o corpo de Florentino, um risco muito fino e comprido luzindo de pé sobre a água, lá longe, na dobrada, como se embaixo dele não houvesse barco, quase todo no fundo de tanto carrego; a água mansinha, sereninha, lisa lisinha, só aos ploques, ploques, na proa, sem espuma, em calma mesmo de fim de tarde; e a vara também sem buliço de

barulho ou respingo, penetrando fundo, lá no fundo, para empurrar a carga de areia e o barco e o homem em cima. Hora de voltar para a casa, de tardezinha: do lado de lá da ponte, aquele soláço todo desaparecendo encarnado; descarregar areia e voltar para o barco para ir tocando, por baixo da ponte, bem por onde tinha ido o sol. De madrugada, cedo, meio no escuro ainda, a pegada, de novo, outra vez no rumo do sol – que mal-e-mal estava para nascer (SCHLEE, 1983, p. 108).

A paisagem, um dos pilares da ficção regionalista sul-rio-grandense, perde força na estrutura narrativa proposta Schlee, cujo o foco principal são as ações da personagem. Diferentemente dos contos de Simões, Callage e Azambuja, o conto schleeano alude aos tempos modernos, ilustrado pelo marco que une o lado brasileiro do uruguaio, a Ponte Internacional Barão de Mauá, construída nos anos 1930.

Modernidade, todavia, ainda insuficiente para contornar a subversão aos acordos diplomáticos, aos documentos oficiais, a lei e a ordem, representada pelo contrabando. Elemento central da narrativa de Schlee, a prática clandestina estabelece uma ruptura na trajetória, até então, linear de Florentino. Embora o início tenha sido hesitante, a personagem consolida-se no ramo do contrabando:

Quando vieram pedir a Florentino para passar cachaça no caíco, de contrabando, ele não gostou da ideia. Disse um bueno de quem precisa pensar, pôs o cigarro atrás da orelha, coçou a cabeça, mas não teve jeito de dizer não. Foi ali mesmo, no portal da casa: o homem da venda apresentou-lhe um estranho, que propôs o negócio, na base dos 300 mil-réis por travessia, uns três barris de vez, a cem cada um (SCHLEE, 1983, p. 108-109).

O contraste social entre a personagem e o atravessador é evidente. Conforme atesta o narrador schleeano, o segundo “tinha auto e parece que morava em casa bonita, recém construída lá para os lados do cinema. Dava 100 mil réis por barril: sabe-se lá se não ganhava mais até, porque recebia em pesos” (SCHLEE, 1983, p. 110). Mais do que isso: reafirma uma relação pautada pelo capital e pela exploração do homem pelo homem, consolidada no contrabando moderno. Esta hierarquia também está presente nos contos de Simões Lopes Neto e de Darcy Azambuja. Os trechos anteriores aludem, ainda, para a evolução da prática clandestina, já que, o gênero destacado pela

narrativa de Schlee (bebida) ainda faz parte da rota de contrabando da zona fronteira entre Jaguarão e Ríó Branco.

Movido pela necessidade, Florentino procura justificativas para cancelar o novo intento, mas a relação de dependência estabelecida com o dono da mercearia suprime da personagem o direito a escolha, afinal, “tinha medo de que o homem do buteco não lhe vendesse mais fiado” (SCHLEE, 1983, p. 109). Sentimento, aliás, que reafirma a dimensão humana da personagem de Schlee, forjada na contramão do gaúcho romanceado pela historiografia sul-rio-grandense: “tinha muito medo de passar cachaça, e ainda muito mais falta de coragem de botar os barris no fundo do barco, por baixo da areia” (SCHLEE, 1983, p. 109).

Na linha tênue entre a obediência e a transgressão, Florentino consulta a companheira, que o incentiva a seguir em frente na nova empreitada: “Ela achou que não tinha mal nenhum: tanta gente ganhava dinheiro passando coisa! Decerto era serviço garantido, sem perigo, ele que desse um jeito, assim se arrumavam um pouco na vida, as crianças estavam crescendo...” (SCHLEE, 1983, p. 109). O contrabando instaura um embate ético no cotidiano da personagem, o conflito da narrativa schleeana. Mesmo com o aval da esposa, a personagem perde o sono, questiona a própria sina, mas cede diante da possibilidade de proporcionar uma vida digna para a sua família com “o dinheiro garantido do contrabando”:

Havia os que passavam o contrabando de cachaça por cima da ponte mesmo, no ir e vir, em sacos-de-água-quente, daqueles de borracha, por baixo da roupa. Diziam que o gosto da borracha pegava, forte, mesmo que na caña levada em câmaras de ar, nos pneumáticos cheios. Cachaça com gosto de borracha... A castelhanada preferia fazer negócio com os barris cheios, pagando até o transporte (SCHLEE, 1983, p. 110).

Neste contexto, ocorrem as primeiras travessias de Florentino “tremia até, fazendo força na taquara, dentro do barco vazio. E pensando nos barris de cachaça” (SCHLEE, 1983, p. 110), relata o narrador. Um aprendiz, se comparado às personagens Jango Jorge, Amancio Silva, Fidêncio Lopes e Tio Joca, experientes contrabandistas destacados pelas narrativas anteriores. Por isso, preocupa-se com os riscos e com as consequências de uma suposta

apreensão pela guarda aduaneira, conforme registra o narrador: “o homem não dissera o que aconteceria se pegassem a cachaça. Quem pagava o prejuízo? Quem é que prestava conta aos castelhanos? Quem é que ia explicar tudo na aduana? E quem é que ia pagar, ia pagar o serviço dele? E se o prendessem?” (SCHLEE, 1983, p. 111).

Captura, essa, que não acontece, ao contrário do observado nos demais contos sul-rio-grandenses analisados; concluindo, com êxito, a empreitada e entregando-se, definitivamente, ao ofício do contrabando: “Quatro cargas de areia grossa davam mais ou menos uns duzentos mil reis... Eram dois barris... Doze barris por dia, um conto e duzentos... Um conto...” (SCHLEE, 1983, p. 112).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prática do contrabando está arraigada na história do Rio Grande do Sul e constitui um elemento importante na/para construção da cultura, da identidade e do imaginário sul-rio-grandense. Ainda que abordado de maneira periférica pela historiografia literária, relatos de contrabando e contrabandistas, bandidos ou heróis, têm sido ilustrados desde o início do século XIX em textos narrativos, ficcionais ou não, produzidos no estado.

Os primeiros registros escritos sobre a então Província de São Pedro, comentários e apontamentos críticos elaborados por viajantes europeus como Auguste de Saint-Hilaire (*Viagem ao Rio Grande do Sul*), Arsène Isabelle (*Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul*) e Nicolau Dreys (*Notícia descritiva do Rio Grande do Sul*) descreveram com detalhes a atuação e o itinerário dos contrabandistas nas fronteiras do estado brasileiro com a Argentina e com o Uruguai.

Caldre e Fião, criador do romance gaúcho e um dos introdutores do gênero na literatura nacional, conforme aponta Guilhermino Cesar em *História da literatura do Rio Grande do Sul (1737-1902)*, registra, em *O corsário* (1849), a inserção do contrabando nas disputas territoriais e nos conflitos sul-rio-grandenses, como a Guerra dos Farrapos.

Escrito trinta anos após o término do conflito entre os farroupilhas e os caramurus, o romance *Os farrapos* (1877), de Oliveira Belo, destaca sob o viés romântico os fatos e as personagens deste período histórico, como Bento Gonçalves. Ressalta, ainda, as “ásperas realidades cotidianas” (CESAR, 2006, p.339) que forjaram a história e o homem sul-rio-grandense, como o contrabando.

Em um pequeno capítulo, de pouco mais de quatro páginas, o autor apresenta um painel completo sobre a prática clandestina, destacando as razões para o surgimento, o *modus operandi* dos contrabandistas e as principais características deste tipo social controverso, que permaneceu no imaginário sul-rio-grandense. No trecho a seguir, pode-se inferir uma aproximação entre o contrabandista e a personagem mítica Robin Hood:

Não se confundia com o salteador que depreda a propriedade alheia na encruzilhada remota, sua rebeldia era só contra o regime asfixiante, que impunha o preço leonino ao trabalho de suas vítimas; como beligerante contra o inimigo era intransigente, não cedia no terreno do corso, nas relações particulares, porém na paz ninguém o sobrelevava em lealdade; era o cavaleiro das savanas com o braço rijo ao serviço dos fracos, com o coração complacente em antemural dos sofredores (BELO,1985,p. 45).

Essa analogia é bastante recorrente na construção ficcional desta personagem e reforça a tese do historiador Eric Hobsbawm sobre o banditismo social. A ineficiência administrativa, a burocracia, a pobreza extrema e a crise econômica (algumas das razões para a prática do contrabando nos contos analisados) também são elencadas por Hobsbawm como motivos relevantes para o surgimento deste fenômeno. Outro fator preponderante para ocorrência do banditismo social é o espaço, neste caso, a fluidez da zona de fronteira:

As condições ideais para o banditismo são aquelas em que os homens que exercem a autoridade são cidadãos naturais do lugarejo, operando em complexas situações locais, e em que uma viagem de alguns poucos quilômetros pode colocar o bandido além da jurisdição ou mesmo do conhecimento de um conjunto de autoridades e no território de outras, que não se importam com o que acontece no exterior (HOBSBAWM, 1976, p. 15).

Um dos precursores na abordagem do tema no conto sul-rio-grandense é o pelotense João Simões Lopes Neto na obra *Contos gauchescos* (1912). Além da narração do episódio que resulta na morte da personagem Jango Jorge, “Contrabandista” aponta uma série de indicativos para a gênese e a consolidação do contrabando no estado, como os monopólios instituídos pelas coroas portuguesa e espanhola. O panorama histórico e a universalidade da narrativa simoniana servem de referência para outros autores do gênero, como Roque Callage, Darcy Azambuja, Sergio Faraco e Aldyr Garcia Schlee. Os dois últimos são os que mais abordaram a temática no conto sul-rio-grandense, tendo sido classificados como escritores de fronteira ou fronteiriços por parte da crítica literária.

Dentre os autores não trabalhados nesta dissertação, mas que exigem uma investigação mais aprofundada, destacamos os rio-grandinos Ezequiel

Laquintínie Ubatuba²⁹, autor do livro de contos *O contrabandista*, e a rio-grandina Elisabeth Lopes Laudares³⁰, pseudônimo Eliana, autora de uma obra com o mesmo título. Ambos são citados na *Enciclopédia de literatura brasileira*, organizada por Afrânio Coutinho e J. Galante de Souza.

Outro rio-grandino, Renato Modernell, ressalta no romance *Meninos de Netuno* a formação de uma rede de contrabandistas na zona portuária de Rio Grande. O município, aliás, também é o cenário da novela policial *O caso do contrabando do Taim*, de Antonio Hohlfeldt. Esta recorrência, da cidade portuária, não por acaso, é discutida pelo historiador e crítico literário Guilhermino Cesar em um capítulo de *O contrabando no sul do Brasil*.

Grandes obras, consolidadas nos sistemas literários sul-rio-grandense e nacional, como *O continente*, de Érico Veríssimo, registram a saga do contrabando e de contrabandistas no pampa gaúcho. Na contemporaneidade, a novela *Perseguição e cerco a Juvêncio Gutierrez*, de Tabajara Ruas, é uma boa referência para o estudo do tema. Amilcar Bettega Barbosa, ex-aluno da Oficina de Criação Literária do escritor Luiz Antonio de Assis Brasil e uma das revelações da contística sul-rio-grandense contemporânea, retoma as discussões em torno da temática do contrabando com o conto “Arreglo”, publicado originalmente na coletânea *Contos sem fronteiras*.

Constatamos diferentes motivações para a prática do contrabando nos contos analisados: desde o desagravo às privações impostas pela coroa ibérica até a mais pura necessidade de sobrevivência. A análise dos tipos e da quantidade de itens contrabandeados permite-nos refletir sobre a evolução da prática clandestina no Rio Grande do Sul, tendo como ponto de partida a ficção.

No capítulo *Os de ontem*, composto pelos contos de Simões, Callage e Azambuja, os produtos mais contrabandeados são artigos femininos, como

²⁹ Até o término desta pesquisa não encontramos sequer um exemplar da respectiva obra, assim como informações sobre a sua vida.

³⁰ Nasceu em Rio Grande em 14/04/1902, onde permaneceu até a década de 1940, quando rumou para o Rio de Janeiro. Escreveu ainda as obras *Sangue de tigre* (1936), *Lady Patrícia* (1946) e *Uma canção russa* (1957), todos disponíveis na Biblioteca Rio-Grandense, em Rio Grande-RS. Foi classificada como “literatura cor de rosa” pelo crítico Pedro Villas-Bôas em *Notas de bibliografia sul-rio-grandense: autores*, definição que motivou-me a refletir sobre a obra da escritora com a comunicação “O contrabando na literatura cor de rosa”, no XXVII Encontro de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande. Eliana faleceu em 25/12/1966, na capital carioca.

roupas, tecidos e joias. As ações ocorrem com o auxílio de cavalos, por via terrestre, e não visam ao estabelecimento de comércio por parte dos contrabandistas, mas o atendimento de anseios pessoais ou acordos estabelecidos com terceiros.

Em *Os de hoje*, composto pelos contos de Faraco e Schlee, observa-se a modernização do contrabando com a travessia de eletrônicos, eletrodomésticos, perfumes, cigarros e bebidas. De acordo com o estudo “O custo do contrabando”, elaborado pelo Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras (IDESF), alguns destes itens (cigarros 67,44%, eletrônicos 15,42%, perfumes 2,45% e bebidas 0,35%) estão entre os dez produtos mais contrabandeados atualmente no Brasil. Os demais itens presentes na lista são: vestuário 3,03%, relógios 2,03%, brinquedos 1,89%, óculos 1,50% e medicamentos 0,85%. Segundo o IDESF, a grande maioria dos produtos contrabandeados são falsificações ou réplicas, que são vendidos como tal, ou em alguns casos como originais.

Nas duas narrativas mais contemporâneas, a prática ocorre preferencialmente à noite, por via aquática, dificultando o acesso e o patrulhamento da guarda aduaneira. A quantidade de mercadorias contrabandeadas é relativamente pequena e, em alguns casos, são artigos de primeira necessidade, aproximando as personagens ficcionais dos tipos humanos conhecidos na fronteira como chibeiros ou quileros. Nestes textos, portanto, o contrabando visa à própria subsistência, tido como profissão e aceito socialmente. Ernesto Diaz, músico e compositor fronteiriço, resume este sentimento no documentário *A linha imaginária* (2014), dirigido por Cíntia Langie e Rafael Andreazza: “Eu, em minha vida intrauterina, já fui feito com matéria contrabandada, a partir do que minha mãe ingeria. Sou contrabando, somos assim”, destaca.

O espaço destes contos são preferencialmente as zonas de fronteira entre o Rio Grande do Sul, o Uruguai e a Argentina, em especial, o interstício entre o estado brasileiro e o país oriental. Os narradores desempenham um papel catalisador no desenvolvimento das histórias e, embora emitam algum tipo de juízo de valor sobre as ações praticadas pelos contrabandistas, é difícil classificá-los como bandidos ou heróis. Os contos sul-rio-grandenses que compõem este *corpus* de análise são predominantemente narrados em terceira

pessoa, exceto “Contrabandista” e “Travessia”. Estes dois textos destacam-se em relação aos demais, especialmente, pela presença do narrador-testemunha (em Simões) e do narrador-protagonista (em Faraco), o que aproxima o relato do leitor e estabelece pontos de vista bastante peculiares, como no caso da criança destacada pela segunda narrativa.

Em geral, o perfil dos contrabandistas representados nos contos é bastante controverso. Assemelha-se, nos contos *de ontem*, a construção idealizada do homem pampiano, do gaúcho mitificado pelas letras, artes e cultura sul-rio-grandenses, sobretudo, pelas semelhanças físicas e morais, como a força, a bravura, a honradez e a disposição para o conflito, neste caso, matar ou morrer pela carga de contrabando. A morte, aliás, é um tópico comum neste conjunto de narrativas, sendo o desfecho natural das personagens de Simões, Callage e Azambuja. Acima de tudo, uma punição para aqueles que infringiram as normas estabelecidas pela guarda aduaneira.

Embora o contrabando seja aceito socialmente, o desenlace trágico das personagens contrabandistas dos contos *de ontem* reitera a ideia de que “o crime não compensa”, prevalecendo a lei e a ordem. Segundo Masina, “A iminência da morte é um tema recorrente, sobretudo em literaturas de fronteira, onde as escaramuças da guerra ou a rudeza de um mundo natural inóspito consistem em ameaça permanente” (MASINA, 1994, p. 90).

As personagens contrabandistas ilustradas por Faraco e Schlee destoam da representação mítica observada nos *contos de ontem*, especialmente, por compartilharem ações e sentimentos como a angústia e o medo. Nestas narrativas, o diálogo e, sobretudo, a astúcia evitam o conflito e a morte. Do conto de Simões ao conto de Schlee, observaremos uma gradativa transformação da personagem, que perde o caráter trágico/heroico e torna-se mais humano.

Se os campos político e jurídico discutem a criminalização e o combate ao contrabando, outros campos de investigação, como a literatura, atentam para outros aspectos inerentes à prática, como o intercâmbio cultural estabelecido neste processo. “Veja-se que a prática do contrabando, num certo sentido, irmana homens por configurar um novo grupo, que transita como pode, ampliando e redesenhando, a seu modo, fronteiras especiais e culturais” (MASINA, 1994, p. 90).

Neste sentido, torna-se necessário o fortalecimento dos laços culturais entre o Rio Grande do Sul, o Uruguai e a Argentina, o incentivo ao intercâmbio entre as universidades, às publicações bilíngues e as feiras binacionais do livro, como as ocorridas nos municípios fronteiriços de Santana do Livramento e Jaguarão, bem como a criação de novos projetos de pesquisa relacionados ao tema, como o *Fronteiras culturais – Brasil, Uruguai, Argentina*, desenvolvido pelo Centro de Estudos de Literatura e Psicanálise Cyro Martins.

Influenciadas pelo meio e, sobretudo, pelo contexto social que as circunda, as personagens contrabandistas dos contos de Simões, Callage, Azambuja, Faraco e Schlee compõem um mosaico diverso da representação do homem sul-rio-grandense. Uma história, por ora, preterida pela historiografia literária do Rio Grande do Sul e que precisa ser revisitada por outros pesquisadores, como tem sido feito em relação a outros tipos importantes para a formação do Rio Grande do Sul, como os índios, os negros e as mulheres.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Flávio; VASCONCELOS, Sandra Guardini (Org.). *Ángel Rama: literatura e cultura na América Latina*. São Paulo: EDUSP, 2001.

ALENCAR, José de. *O gaúcho*. Rio de Janeiro: Ática, 1978.

A LINHA IMAGINÁRIA. Direção: Cíntia Lange e Rafael Andreazza. Pelotas: Moviola Filmes, 2014.

AZAMBUJA, Darcy. *No galpão*. Porto Alegre: Movimento, 1995.

BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. *A crítica literária no Rio Grande do Sul: do romantismo ao modernismo*. Porto Alegre: IEL/EDIPUCRS, 1997.

BELO, Luiz Alves Leite de Oliveira. *Os farrapos*. Porto Alegre: Movimento, 1985.

BITTENCOURT, Gilda Neves da Silva. *O conto sul-rio-grandense: tradição e modernidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

BRASIL, Luiz Antonio de Assis. *Manhã transfigurada*. Porto Alegre: L&PM, 2010.

CALDRE E FIÃO, José Antônio do Vale. *O corsário*. Porto Alegre: Movimento, 1979.

CALLAGE, Roque. *O drama das Coxilhas: episódios da Revolução Rio-grandense*. São Paulo: Monteiro Lobato & CO. Editores, 1923.

_____. *Uma época do Rio Grande: antologia/Roque Callage*. Porto Alegre, 1998.

_____. *Terra gaúcha: cenas da rio-grandense*. Santa Maria, UFSM, 2000.

CESAR, Guilhermino. *O contrabando no sul do Brasil*. Porto Alegre: Universidade de Caxias do Sul, 1978.

_____. O conto gauchesco. In: *Letras de hoje*, Porto Alegre, n. 61, 1985.

_____. *História da literatura do Rio Grande do Sul (1737-1902)*. 3. ed. Porto Alegre: IEL/Corag, 2006.

CONTOS SEM FRONTEIRAS. Porto Alegre: UE/Secretaria Municipal da Cultura, 2000.

CHAVES, Flávio Loureiro. *História e literatura*. Porto Alegre: Ed. Universidade, UFRGS, 1999.

_____. *Simões Lopes Neto*. Porto Alegre: IEL, 2001.

_____. *Ponta de estoque*. Caxias do Sul: Educs, 2006.

CHIAPPINI, Ligia. *No entretanto dos tempos: Literatura e história em João Simões Lopes Neto*. São Paulo, Martins Fontes, 1988.

DINIZ, Carlos Francisco da Sica. *João Simões Lopes Neto, uma biografia*. Porto Alegre: AGE/UCPEL, 2003.

DREYS, Nicolau. *Notícia descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. Porto Alegre: IEL, 1961.

FARACO, Sergio. *Depois da primeira morte*. Porto Alegre: Bels, 1974.

_____. *Hombre*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. *Manilha de espadas*. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1984.

_____. *Noite de matar um homem*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

_____. *Lágrimas na chuva: uma aventura na URSS*. Porto Alegre: L&PM, 2002.

_____. *Contos completos*. Porto Alegre: L&PM, 2004.

FISCHER, Luís Augusto. *Literatura gaúcha: história, formação e atualidade*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.

_____. Saber-se da fronteira. In: *Revista Vox*, Porto Alegre, n. 7, p. 8-9, ago. 2014.

GARCIA, Fernando Cacciatore de. *Fronteira iluminada: História do povoamento, conquista e limites do Rio Grande do Sul a partir do Tratado de Tordesilhas (1420-1920)*. Porto Alegre: Sulina, 2011.

GOLIN, Tau. *A fronteira: os tratados limites Brasil – Uruguai – Argentina*. Vol.1. Porto Alegre: L&PM, 2004.

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. Rio da Prata: século XIX: fronteiras espaciais, textuais e ficcionais. In: *Diálogos: Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História*, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, n. 1, 2014.

GUTFREIND, Ieda. *A historiografia rio-grandense*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

HOBSBAWM, Eric. *Bandidos*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976.

HOHLFELDT, Antonio. *O caso do contrabando do Taim*. Porto Alegre: FTD, 1993.

HOUAISS, Antonio. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo, Objetiva, 2004.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DE FRONTEIRAS. *O custo do contrabando*. Foz do Iguaçu, 2013. Disponível em: <<http://www.idesf.org.br/publicacoes/72-o-custo-do-contrabando.html>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

ISABELLE, Arsène. *Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul*. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2006.

KUHN, Fábio. *Breve história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.

LAUDARES, Elisabete Lopes. *O Contrabandista*. Rio de Janeiro: Minerva, 1946.

LOPES NETO, João Simões. *Contos gauchescos e Lendas do sul* – ed. anotada por Luís Augusto Fischer. 2 ed. Porto Alegre: L&PM, 2013.

MACHADO, Propício. *Roque Callage: vida, obra e antologia*, Porto Alegre, UFRGS, 1975.

MARTINS, Maria Helena (org.). *Fronteiras culturais: Brasil-Uruguaí-Argentina*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

MASINA, Lea. *Percursos de leitura*. Porto Alegre: IEL/Movimento, 1994.

MELLO, J. Mozart de. Discurso de posse. *Revista da Academia Sul-Riograndense de Letras*, Porto Alegre, ano 1, n.1, p. 81-94, jun. 1948.

MEYER, Augusto Cesar. O regionalismo na ficção: ciclo gaúcho. In: COUTINHO, Afrânio (org). *A literatura no Brasil*. São Paulo: Global, 1999.

_____. *Prosa dos pagos: 1941-1959*. Porto Alegre: IEL/Corag, 2002.

MODERNELL, Renato. *Meninos de Netuno*. São Paulo: Melhoramentos, 1988.

MOISÉS, Massaud. *Dicionário de termos literários*. São Paulo: Cultrix, 2002.

MOREIRA, Ângelo Pires. *A outra face de J. Simões Lopes Neto*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983.

MOREIRA, Maria Eunice. *Regionalismo e literatura no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST/ICP, 1982.

_____. Portugueses e castelhanos: uma história de luta pela terra. In: *Caderno de Letras*. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, nº 7, 1999.

NICHOLS, Madaline Wallis. *O gaúcho*. Rio de Janeiro, Zélio Valverde, 1946.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Emergência dos subalternos: trabalho livre e ordem burguesa*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.

PORTO ALEGRE, Apolinário. *O vaqueano*. Porto Alegre: Movimento, 1987.

RAMIL, Vitor. *Estética do frio: conferência de Genebra*. Porto Alegre: Satolep, 2004.

RESENDE, Fabiane de Oliveira. *Aldyr Schlee e a linha da fronteira: homem, terra e literatura*, 2004.

RESENDE, Fabiane de Oliveira. *Puebleros e fronteiriços, cuentos e contos de um pampa transfigurado*, 2012.

REVERBEL, Carlos. *O gaúcho: aspectos de sua formação no Rio Grande e no Rio da Prata*. Porto Alegre: L & PM, 1986.

_____. *Um capitão da Guarda Nacional. Vida e obra de João Simões Lopes Neto*. Porto Alegre; Caxias do Sul: Martins Livreiro, UCS, 1981.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*, 3ª ed., São Paulo: Global, 2015.

ROSA, Othelo. Formação do Rio Grande do Sul. In: *Fundamentos da cultura rio-grandense*. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia Universidade Rio Grande do Sul, 2ª série, 1957.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2002.

SCHLEE, Aldyr Garcia. *Contos de sempre*. São Paulo: LR editores Ltda, 1983.

_____. *Uma terra só*. São Paulo: Melhoramentos, 1984.

_____. *Linha divisória*. São Paulo: Melhoramentos, 1988.

_____. *Simões Lopes Neto e a literatura dos povos platinos. Letras de Hoje*, Porto Alegre, 1989, n. 77, p. 77-88.

_____. *Contos de futebol*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

_____. *O dia em que o papa foi a Melo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1999.

_____. *Pátria uruguaia: antologia/Eduardo Acevedo Diaz*. Porto Alegre: IEL, 1997.

_____. *Contos de verdades*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2000.

_____. *Os limites do impossível*. Contos gardelianos. Porto Alegre: Ardotempo, 2009.

_____. *Don frutos*. Porto Alegre: Ardotempo, 2010.

_____. *Linguagem da fronteira*. In: *Revista Vox*, Porto Alegre, nº 7, p.26, ago. 2014.

SEVERO, Fábian. *Noite nu norte: poemas em Português*. Montevideo: Ediciones Del Rincón, 2010.

SILVA, João Pinto da. *História literária do Rio Grande do Sul*. 3. Ed. Porto Alegre: IEL/Corag, 2013.

SILVA, Juremir Machado da. Entre muitas fronteiras. In: *Revista Vox*. Porto Alegre, n. 7, p. 11-12, ago. 2014.

VELLINHO, Moysés. O gaúcho rio-grandense e o gaúcho platino. In: *Fundamentos da cultura rio-grandense*. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia Universidade Rio Grande do Sul, 2ª série, 1957.

VILLAS-BÔAS, Pedro. *Notas de bibliografia sul-rio-grandense: autores*. Porto Alegre: A Nação/IEL, 1974.

ZILBERMAN, Regina. *A literatura no Rio Grande do Sul*. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.